

SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO
COORDENAÇÃO REGIONAL DE ENSINO DE BRAZLÂNDIA
CAIC PROFESSOR BENEDITO CARLOS DE OLIVEIRA

PROJETO PEDAGÓGICO
2020



ÍNDICE

I -	Apresentação	PÁGINA 03
II -	Histórico da escola	PÁGINA 06
III -	Diagnóstico da realidade da escola	PÁGINA 09
IV -	Função da escola	PÁGINA 12
V -	Princípios orientadores das práticas pedagógicas	PÁGINA 20
VI -	Missão e Objetivos	PÁGINA 27
VII -	Fundamentos Teóricos - Metodológicos	PÁGINA 32
VIII -	Organização do Trabalho Pedagógico da Escola	PÁGINA 40
IX -	Estratégias de Avaliação	PÁGINA 59
X -	Organização Curricular da Escola	PÁGINA 63
XI -	Plano de Ação Para Implementação da PP Proposta Pedagógica	PÁGINA 68
XII -	Acompanhamento e Avaliação da Proposta Pedagógica	PÁGINA 89
XIII -	Projetos Específicos	PÁGINA 89
XIV -	Referencias Bibliográficas	PÁGINA 112

Aos servidores do CAIC Professor Benedito Carlos de Oliveira e à comunidade escolar, que são como grãos de areia compondo imensas dunas; e pequenas gotas que formam as chuvas, em gestos de compreensão, ternura e respeito perseveraram no desejo de transformação.

APRESENTAÇÃO

ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

CODIGO INEP: 53004973

1. DIRETORA:
 - Ana Maria Alves Santiago
2. VICE DIRETOR:
 - Jair Braga Rodrigues
3. SUPERVISOR PEDAGÓGICO:
 - Aline Ferla Carlos
4. SUPERVISOR ADMINISTRATIVO:
 - Aparecida da Silva Ventura
5. CHEFE DE SECRETARIA:
 - Elizângela Cesário Rodrigues
6. COORDENADOR DA EDUCAÇÃO INFANTIL:
 - Rosimary de Souza Melo
7. COORDENADORES DOS ANOS INICIAIS:
 - Leila Aparecida Goncalves Ramalho
 - Eveline Teixeira De Oliveira
 - Antônio da Silva Santos Júnior
8. COORDENADORES DA EDUCAÇÃO INTEGRAL EM TEMPO INTEGRAL:
 - Robson Neves Gama
9. PSICOPEDAGOGA:
 - Alinne Marielli Reis Padilha
10. SALA DE RECURSOS:
 - Evelline de Oliveira Melgaço
11. PSICÓLOGA:
 - Não há

Buscando maior sintonia entre os pressupostos teóricos que norteiam a relação entre teoria e prática educacional, o **PROJETO PEDAGÓGICO (PP)** do CAIC Professor Benedito Carlos de Oliveira tem sido elaborado em formato democrático,

contando com a participação de todos os segmentos que o constituem (pais, alunos, professores e servidores).

Trata-se de um documento flexível, sujeito a reavaliações constantes e destinado a atender as demandas latentes de uma rotina singular referendada pela oferta de Educação Integral em Tempo Integral (PROEITI).

A adesão ao Programa de Educação Integral em Tempo Integral ocorreu no ano letivo de 2012, suscitando a necessidade de construir uma proposta educacional compatível com as ações internas. Esse instrumento veio viabilizar e reestruturar o viés social, pedagógico, metodológico, administrativo e financeiro pela atual Equipe Gestora em parceria com a Comunidade Escolar.

É através dele que o trabalho coletivo se expressa, estabelecendo metas democráticas, onde diferentes formas de pensar e agir viabiliza a execução dos objetivos estabelecidos.

As relevantes modificações sofridas por nossa sociedade no decorrer do tempo, dentre elas o desenvolvimento tecnológico e o aprimoramento de novas maneiras de pensamento sobre o saber e sobre o processo pedagógico, têm refletido principalmente nas ações dos alunos no contexto escolar, o que tem se tornado ponto de dificuldade e insegurança entre professores e agentes escolares resultando em forma de comprometimento do processo ensino-aprendizagem.

Dessa forma, faz-se necessário à busca de uma nova reflexão no processo educativo, onde o agente escolar passe a vivenciar essas transformações de forma a beneficiar suas ações podendo buscar novas formas didáticas e metodológicas de promoção do processo ensino-aprendizagem com seu aluno, sem com isso ser colocado como mero expectador dos avanços estruturais de nossa sociedade, mas um instrumento de enfoque motivador desse processo.

A sociedade atual se vê confrontada com o desenvolvimento acelerado que ocorre a sua volta, onde o desenvolvimento e as descobertas ocorrem em frações de segundos, ocasionando certo desgaste e comprometimento das ações voltadas para o aprimoramento do ensino, colocando a sala de aula como um ambiente de pouca relevância para a consolidação do conhecimento, enfatizando a vivência social o requisito primordial para a busca de aprendizado.

Diante do exposto, é facilmente observado que a busca pelo conhecimento não tem sido o foco de interesse principal da sociedade, pois a atualização das informações

tem ocorrido de forma acessível a todos os segmentos satisfazendo de uma forma geral aos interesses daqueles que as buscam.

Para educar um indivíduo é preciso envolver e articular diversos outros indivíduos, tempos e espaços. Afinal, somos todos sujeitos completos, totais, com as mais diversas características, necessidades e possibilidades de aprendizagem ao longo da vida.

Compreende-se, então, que:

- A educação é por definição **integral** na medida em que deve atender a todas as dimensões do desenvolvimento humano e se dá como processo ao longo de toda a vida. Assim, **educação integral** não é uma modalidade de educação, mas sua própria definição.

A escola, nesse contexto, precisa rever suas ações e o seu papel no aprimoramento da prática educativa, analisando os conceitos didático-metodológicos, de forma a adequar sua postura pedagógica ao momento atual e principalmente colocar-se na posição de organização principal na evolução dos princípios fundamentais de uma sociedade, cumprindo assim sua função transformadora e idealizadora de conhecimentos científicos-filosóficos pautando o resultado de suas ações em saber concreto.

Para que esse conceito seja aplicado, a educação precisa ir além dos muros da escola. Por isso, é feito um trabalho em conjunto com educadores, estudantes, família e sociedade.

HISTÓRICO

O CAIC – Professor Benedito Carlos de Oliveira, inicialmente conhecido como Centro de Atenção Integral à Criança e ao Adolescente foi inaugurado e entregue à comunidade de Brazlândia no dia 13 de dezembro de 1994.

Localizado Área Especial Nº 05 – S/N – Setor Tradicional de Brazlândia - CEP 72720-650 – INEP 53004973 – encontra-se em bom estado de conservação predial, oferecendo conforto e segurança à clientela. A parte estrutural necessita de adequações destinadas à acessibilidade, visto que os recursos financeiros destinados são insuficientes.

Apresentava como proposta inicial o atendimento integral ao aluno, formando um elo entre o Plano Nacional de Educação, as atividades complementares e projetos de atendimento à saúde do educando (consultório odontológico).

Com o passar do tempo, o projeto original perdeu força e o que se viu foi o surgimento de uma clientela com evidente risco social. Desde então, a escola passou a ser conhecida pela inserção de alunos com desvio de conduta oriundos de outras Unidades de Ensino. Apesar de estar inserida em zona urbana, 80% da clientela vem de zona rural, sendo atendidos pelo transporte escolar disponibilizado pela SEDF.

A atual proposta pedagógica visa combater a evasão gerada a partir do abandono familiar, sendo necessário investir no resgate dessa clientela oferecendo um ambiente acolhedor e atrativo. Para tal, conta-se com a Educação Integral e projetos sociais focados nos índices negativos vistos nos quadros da SEDF.

O Projeto Pedagógico Carlos Mota serviu como base teórica (a época) para levantar questões importantes como considerar a realidade social do aluno. Assim, toda equipe de trabalho pautou-se nos procedimentos pedagógicos e no desejo de transformação.

A Gestão Democrática traduz o anseio de unir forças com a comunidade escolar, promovendo novas estratégias de ação e interação. No momento, busca-se uma aplicação consciente dos recursos administrativos, financeiros, didáticos e pedagógicos sem os quais seria impossível cogitar melhorias estruturais.

Para tanto, é tempo de basear o futuro em intenções positivas, valorizando a comunicação entre os agentes dispostos a formar uma nova identidade social e cultural.

Foi sucumbido por um processo de implosão, onde o sucateamento e a depredação patrimonial alcançaram prejuízos incalculáveis. O abandono repercutiu negativamente dentro da comunidade escolar, principalmente pelo risco social da clientela atendida à época.

Em meados do ano de 2012, ao assumir a direção da Instituição, a nova Equipe Gestora fomentou o desafio de redefinir estratégias buscando um modelo de atendimento. Oportunamente, surgiu o Projeto de Educação Integral em Tempo Integral (PROEITI), muito semelhante ao plano original que deu vida aos CAIC's.

Por hora, a sombra da vulnerabilidade não furtará os resultados positivos colhidos, visto que o trabalho árduo caminha de mãos dadas com a honestidade das ações efetivadas.

Partindo do óbvio, como sugere Gadotti (2001), a palavra projeto vem do verbo projetar, lançar-se para frente, dando sempre a ideia de movimento, de mudança.

Assim, o Projeto Pedagógico em questão segue o proposto pela Secretaria de Estado de Educação, onde o determina como sendo: *“Uma ferramenta de planejamento, orientação e construção de diretrizes... e como tal, requer que as políticas e ações propostas sejam referência para o trabalho desenvolvido em todas as instância”* – PPP Carlos Mota – p.11.

A nível local trata-se de um instrumento teórico-metodológico que visa ajudar a enfrentar os desafios do cotidiano da escola, só que de uma forma refletida, consciente, sistematizada, orgânica e, o que é essencial, participativa. É uma metodologia de trabalho que possibilita as ações versáteis oriundas de todos os agentes existentes dentro da instituição.

Falar da construção do projeto pedagógico é falar de planejamento no contexto de um processo participativo, onde o passo inicial é a elaboração do marco referencial, sendo este a luz que deverá iluminar o fazer das demais etapas. Alguns autores que tratam do planejamento, falam simplesmente em referencial, mas outros, como Danilo Gandin, distinguem nele três marcos: situacional, doutrinal e operativo.

Em síntese, a execução de um projeto pedagógico de qualidade deve:

- Nascer da própria realidade, tendo como suporte a explicitação das causas dos problemas e das situações nas quais tais problemas aparecem;

- De possível execução e prever as condições necessárias ao desenvolvimento e à avaliação;
- Gerar uma ação articulada de todos os envolvidos com a realidade da escola;
- Ser construído continuamente, pois com produto, é também processo.

Por tratar-se de um processo participativo, a coletividade deve preocupar-se em instaurar formas de organização prevendo os conflitos e as contradições sociais, culturais religiosas, econômicas e didático pedagógicas.

Explicitar princípios baseados na autonomia da escola, na solidariedade entre os agentes educativos e no estímulo à participação de todos no projeto comum e coletivo é palavra de ordem, bem como o compromisso com a formação do cidadão.

DIAGNÓSTICO DA REALIDADE

Atendendo alunos neste regime de tempo integral, desejava-se dar-lhes a chance de prepará-los melhor para a vida, agregando conhecimento no meio em que viviam, bem como direitos e deveres, dando-lhes condições de convívio social a partir de seus atos e boas maneiras para serem inseridos na sociedade.

Dessa forma, entende-se que essa formação completa defendida por Anísio Teixeira tinha como objetivo a formação para o progresso, propondo o desenvolvimento da civilização técnica e industrial, o que constitui pressupostos importantes do pensamento liberal onde a educação é fundamentada na formação completa da criança e do adolescente. Teixeira acreditava no fenômeno educativo como reconstrução da experiência. Anísio Teixeira foi um dos pioneiros das ideias da Escola Nova em nosso país, reafirmava os princípios do período iluminista ao assentar o aprendizado e a democracia como fatores importantes na educação.

Anísio evidenciava preocupação com a problemática educacional. Para ele, a escola era o espaço ideal para construção dessa consciência social, divulgava, em seu pensamento, que reformar o ensino significaria aliar investimentos da educação fundamental a um amplo programa de formação de professores nas universidades.

Entretanto, no decorrer de sua trajetória educacional, Anísio deixou legado influenciando experiências com Educação em Tempo Integral. Uma delas foi a criação dos Centros Integrados de Educação Pública (CIEPs), durante 1980 e 1990, nas escolas públicas do Rio de Janeiro, com o objetivo de oferecer uma proposta pedagógica de Educação Integral em Tempo Integral.

Outro foi o Programa Nacional de Atenção Integral à Criança e ao Adolescente (CAICs), que aconteceu em âmbito nacional durante o governo do presidente Fernando Collor de Mello. Já no governo de Marta Suplicy, no Estado de São Paulo em 2006, ocorre uma experiência semelhante ao modelo das Escolas Parques da Bahia, onde a proposta se volta para a filosofia de Educação Integral protegida por Anísio como cita Gadotti em seu livro Educação Integral no Brasil.

Nos últimos anos a realidade no ambiente escolar vem sendo modificada, reivindicando cada vez mais que a escola acompanhe essas mudanças. Atualmente não se pode ter em seu meio um ensino fragmentado, desassociado da realidade, mas sim um compromisso que prepare os sujeitos para enfrentar o processo da globalização.

A educação deve favorecer a aptidão natural da mente em formular e resolver problemas essenciais e, de forma correlata, estimular o uso total da inteligência geral. Este uso total pede o livre exercício da curiosidade, a faculdade mais expandida e a mais viva durante a infância e a adolescência, que com frequência a instrução extingue e que, ao contrário se trata de estimular ou, caso esteja adormecida, de despertar (MORIN, 2006, p. 37).

Hoje, com 704 alunos matriculados em Tempo Integral, ao analisar as citações de Anísio Teixeira (ver referencias bibliográficas), ressalta-se que as mudanças ocorridas desde o ano letivo de 2012 projetaram o CAIC Professor Benedito Carlos de Oliveira a um ciclo de renovação compondo os campos pedagógico e administrativo. Apesar de localizar-se em área urbana, a clientela atendida constitui-se de alunos oriundos de várias localidades rurais como Setor Maranata, Chapadinha, Torre, Incras e Rodeador. Alcança, ainda, Águas Lindas, Vendinha e Monte Alto que são cidades do entorno pertencentes ao Estado do Goiás.

Apesar da vulnerabilidade e alto risco social que caracteriza um percentual significativo da clientela atendida, ressalta-se que a escola passou a acomodar famílias com nível social e recursos financeiros totalmente diferenciados do que se via até então. Há uma disputa incessante por vagas, que estabeleceu a criação de lista de espera. Tais famílias, passaram a valorizar e enobrecer a qualidade do ensino ofertado pela Instituição, fomentando a qualidade na oferta de Educação Integral em Tempo Integral.

Não há que se falar em violência ou outro tipo de mobilidade dos alunos que possa caracterizar descontrole da ordem interna. Tampouco, em índice acentuado de reprovações, evasão ou defasagem idade/ano.

A alta rotatividade das famílias de área rural gera índices de mudança de domicílio. São trabalhadores que permanecem na localidade em períodos definidos por colheitas ou serviços afins.

As articulações pedagógicas e o modelo de gestão são acompanhados pela clientela, que a cada ano envolve-se ainda mais com as demandas e elaboração de estratégias pedagógicas. Diante disso, a relação comunidade/escola firma-se em parcerias e voluntariados que se justificam diante da preservação dos espaços físicos da Instituição.

A taxa de crescimento no IDEB se mantém desde 2014, refletindo a fundamentação teórica baseada na Pedagogia de Projetos, obtendo ganhos e elevação de índices jamais imaginados.

Quando a gestão abre espaço para que a comunidade participe, esta última também acaba tendo responsabilidade com a tomada de decisões iniciadas pela escola, possibilitando que todos os membros, sejam eles pais ou funcionários, se sintam importantes no fazer da educação, abrangendo novas metas.

Assim, é possível que as pessoas da escola desenvolvam seu papel real, contribuindo umas com as outras, em que cada indivíduo possua o conhecimento de sua função e possa auxiliar na participação dos demais. Dessa forma, o gestor se torna parceiro e faz com que outras pessoas também se tornem atuantes nessa transmissão e troca de conhecimentos no fazer pedagógico. Como afirma Cury (2001, p. 205),

A pandemia (COVID19) que provocou a suspensão das aulas presenciais tem gerado preocupação e apreensão. A Equipe Gestora adotou uma rotina de acesso, visando o monitoramento da clientela, principalmente daqueles alunos expostos a diversos tipos de fragilidades físicas, morais e psicológicas.

Por fim, deve-se entender que a escola nasce com o propósito de fortalecer vínculos e inserir a comunidade nos projetos que justificam a existência da Instituição. Cabe aos gestores e a todos os atores educacionais, conhecer o contexto socioeconômico do seu entorno, elaborando objetivos estratégicos voltados para o enfrentamento da diversidade inerente ao seu contexto.

FUNÇÃO SOCIAL DA ESCOLA

Segundo Paulo Freire, presume-se que o papel **social da escola** é educar. Esta é sua ideologia, e seu propósito público. No entanto, ao conceber um Projeto Pedagógico pautado democraticamente por gestores e comunidades escolares, fica mais do que evidente a ausência de políticas públicas ou a efetivação das mesmas.

A Equipe Gestora do CAIC Professor Benedito Carlos de Oliveira conseguiu efetivar com credibilidade o Projeto de Educação Integral desde sua implementação no ano de 2012. Por conseguinte, o Projeto Pedagógico passou a contemplar ações focadas no resgate social e pedagógico da Instituição. Desde então, todos os esforços são aplicados para que as ações democráticas se mantenham vivas.

Com o passar do tempo, concebemos três tipos de manifestações de currículo: Currículo Formal (prescrito), Currículo Real (em ação) e Currículo Oculto (implícito), ambos são relevantes para que a escola cumpra seus objetivos e a função social com a comunidade. Segundo Libâneo (2004), o currículo Real é aquele planejado pela rotina do professor, cuja a essência está na contextualização dos conteúdos. O Currículo Oculto, como práticas que não estão prescritas, mas é existente e está presente no planejamento e o Currículo Prescrito não é concebido pela comunidade escolar ou a partir de uma concepção atender as diversidades.

Analisando as citações contidas no decorrer deste documento, fica claro que a gestão criou novas bases para sustentar a Instituição, imbuída do compromisso de conduzir este documento ao longo da história. A partir da década de 1980 o Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública iniciou um processo que pudesse instituir uma gestão democrática no ensino. Isto proporcionou uma autonomia escolar. Além de ter gerado diversas consequências positivas, como a **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional** (LDB), em 1996.

Assim, questiona-se: qual é a missão desses valores e princípios nos quais a escola se baseia?

A sociedade contemporânea impõe um olhar inovador e inclusivo a questões centrais do processo educativo: o que aprender, para que aprender, como ensinar, como promover redes de aprendizagem colaborativa e como avaliar o aprendizado. No novo

cenário mundial, reconhecer-se em seu contexto histórico e cultural, comunicar-se, ser criativo, analítico-crítico, participativo, aberto ao novo, colaborativo, resiliente, produtivo e responsável requer muito mais do que o acúmulo de informações.

Requer o desenvolvimento de competências para aprender a aprender, saber lidar com a informação cada vez mais disponível, atuar com discernimento e responsabilidade nos contextos das culturas digitais, aplicar conhecimentos para resolver problemas, ter autonomia para tomar decisões, ser proativo para identificar os dados de uma situação e buscar soluções, conviver e aprender com as diferenças e as diversidades. Nesse contexto, a BNCC afirma, de maneira explícita, o seu compromisso com a **Educação Integral**.

Reconhece, assim, que a Educação Básica deve visar à formação e ao desenvolvimento humano global, o que implica compreender a complexidade e a não linearidade desse desenvolvimento, rompendo com visões reducionistas que privilegiam ou a dimensão intelectual (cognitiva) ou a dimensão afetiva. Significa, ainda, assumir uma visão plural, singular e integral da criança, do adolescente, do jovem e do adulto – considerando-os como sujeitos de aprendizagem – e promover uma educação voltada ao seu acolhimento, reconhecimento e desenvolvimento pleno, nas suas singularidades e diversidades. Além disso, a escola, como espaço de aprendizagem e de democracia inclusiva, deve se fortalecer na prática coercitiva de não discriminação, não preconceito e respeito às diferenças e diversidades.

Independentemente da duração da jornada escolar, o conceito de educação integral com o qual a BNCC está comprometida se refere à construção intencional de processos educativos que promovam aprendizagens sintonizadas com as necessidades, as possibilidades e os interesses dos estudantes e, também, com os desafios da sociedade contemporânea. Isso supõe considerar as diferentes infâncias e juventudes, as diversas culturas juvenis e seu potencial de criar novas formas de existir.

Assim, a BNCC propõe a superação da fragmentação radicalmente disciplinar do conhecimento, o estímulo à sua aplicação na vida real, a importância do contexto para dar sentido ao que se aprende e o protagonismo do estudante em sua aprendizagem e na construção de seu projeto de vida.

Ao firmar um compromisso com a clientela, o fato prometido foi transportá-los a um recomeço, de modo que jamais fossem alçados de volta ao passado. Então, o resultado apresentados passaram a falar por si!

A proposta pedagógica de Freire (1997, p. 26) encontra fundamentação na concretude da existência humana, e entende que “cada homem é um ser no mundo, com o mundo, e com os outros”. Mas para que o educador viva essa constatação, é preciso que ele reconheça, nos outros, o direito de dizer a sua palavra, pois se os outros têm o direito de falar, o nosso dever é de escutá-los, não com malícia, pensando em receber algo em troca, mas como quem cumpre um dever. (ANDREOLA,1993).

Nessa troca, escutá-los corresponde ao direito de falar a eles que, na verdade, é falar com eles, enquanto que apenas falar a eles seria uma forma de não ouvi-los. Assim, como o educador freireano é um homem no mundo, também é um ser da práxis, ou seja, capaz de se olhar de fora. O tomar distância de si possibilita uma análise do fazer desse sujeito, e, por consequência, uma desconstrução-reconstrução do modo de pensamento gerando alterações no mundo que o cerca.

Andreola (1993) destaca alguns aspectos filosóficos no processo de investigação dos temas geradores e da relação desconstrução e reconstrução propostos por Paulo Freire: - investigação-conscientização — a investigação do universo temático não é feita apenas pelo educador. O grupo envolvido naquela realidade faz parte do processo desde o início. Os alunos não são objetos de estudos, mas sujeitos. O conhecimento, sim, é objeto de investigação, portanto, desde o começo do processo de educação conscientizadora, os sujeitos se manifestam envolvendo-se e comprometendo-se com as atividades.

A Educação não é neutra, ela é sempre um ato político que não pode ser confundido com um ato manipulador. A opção do educador em ter uma prática libertadora implica que ele assuma uma opção política e coerente com essa opção na prática. Nesse aspecto, a alfabetização não é ponto de partida, nem mesmo de chegada,

mas é um aspecto importante no processo de conhecimento, pois segundo Freire, precisa-se pensar o concreto, a prática e não “pensar pensamentos”.

A criação de uma Base Nacional Comum Curricular tem o objetivo de garantir aos estudantes o direito de aprender um conjunto fundamental de conhecimentos e habilidades comuns – de norte a sul, nas escolas públicas e privadas, urbanas e rurais de todo o país. Dessa forma, espera-se reduzir as desigualdades educacionais existentes no Brasil, nivelando e, o mais importante, **elevando** a qualidade do ensino.

A Base também tem como objetivo formar estudantes com habilidades e conhecimentos considerados essenciais para o século XXI, incentivando a modernização dos recursos e das práticas pedagógicas e promovendo a atualização do corpo docente das instituições de ensino.

A interação durante o brincar caracteriza o cotidiano da infância, trazendo consigo muitas aprendizagens e potenciais para o desenvolvimento integral das crianças. Ao observar as interações e a brincadeira entre as crianças e delas com os adultos, é possível identificar, por exemplo, a expressão dos afetos, a mediação das frustrações, a resolução de conflitos e a regulação das emoções.

Como primeira etapa da Educação Básica, a Educação Infantil é o início e o fundamento do processo educacional. A entrada na creche ou na pré-escola significa, na maioria das vezes, a primeira separação das crianças dos seus vínculos afetivos familiares para se incorporarem a uma situação de socialização estruturada.

Nas últimas décadas, vem se consolidando, na Educação Infantil, a concepção que vincula **educar e cuidar**, entendendo o cuidado como algo indissociável do processo educativo. Nesse contexto, as creches e pré-escolas, ao acolher as vivências e os conhecimentos construídos pelas crianças no ambiente da família e no contexto de sua comunidade, e articulá-los em suas propostas pedagógicas, têm o objetivo de ampliar o universo de experiências, conhecimentos e habilidades dessas crianças, diversificando e consolidando novas aprendizagens, atuando de maneira complementar à educação familiar – especialmente quando se trata da educação dos bebês e das crianças bem pequenas, que envolve aprendizagens muito próximas aos dois contextos (familiar e escolar), como a socialização, a autonomia e a comunicação.

Nessa direção, e para potencializar as aprendizagens e o desenvolvimento das crianças, a prática do diálogo e o compartilhamento de responsabilidades entre a instituição de Educação Infantil e a família são essenciais. Além disso, a instituição precisa conhecer e

trabalhar com as culturas plurais, dialogando com a riqueza/diversidade cultural das famílias e da comunidade.

Tendo em vista os eixos estruturantes das práticas pedagógicas e as competências gerais da Educação Básica propostas pela BNCC, seis **direitos de aprendizagem e desenvolvimento** asseguram, na Educação Infantil, as condições para que as crianças aprendam em situações nas quais possam desempenhar um papel ativo em ambientes que as convidem a vivenciar desafios e a sentirem-se provocadas a resolvê-los, nas quais possam construir significados sobre si, os outros e o mundo social e natural.

* APRENDIZAGEM E DESENVOLVIMENTO NA EDUCAÇÃO INFANTIL

- **Conviver** com outras crianças e adultos, em pequenos e grandes grupos, utilizando diferentes linguagens, ampliando o conhecimento de si e do outro, o respeito em relação à cultura e às diferenças entre as pessoas.
- **Brincar** cotidianamente de diversas formas, em diferentes espaços e tempos, com diferentes parceiros (crianças e adultos), ampliando e diversificando seu acesso a produções culturais, seus conhecimentos, sua imaginação, sua criatividade, suas experiências emocionais, corporais, sensoriais, expressivas, cognitivas, sociais e relacionais.
- **Participar** ativamente, com adultos e outras crianças, tanto do planejamento da gestão da escola e das atividades propostas pelo educador quanto da realização das atividades da vida cotidiana, tais como a escolha das brincadeiras, dos materiais e dos ambientes, desenvolvendo diferentes linguagens e elaborando conhecimentos, decidindo e se posicionando.
- **Explorar** movimentos, gestos, sons, formas, texturas, cores, palavras, emoções, transformações, relacionamentos, histórias, objetos, elementos da natureza, na escola e fora dela, ampliando seus saberes sobre a cultura, em suas diversas modalidades: as artes, a escrita, a ciência e a tecnologia.

- **Expressar**, como sujeito dialógico, criativo e sensível, suas necessidades, emoções, sentimentos, dúvidas, hipóteses, descobertas, opiniões, questionamentos, por meio de diferentes linguagens.
- **Conhecer-se** e construir sua identidade pessoal, social e cultural, constituindo uma imagem positiva de si e de seus grupos de pertencimento, nas diversas experiências de cuidados, interações, brincadeiras e linguagens vivenciadas na instituição escolar e em seu contexto familiar e comunitário.

O Ensino Fundamental, com nove anos de duração, é a etapa mais longa da Educação Básica, atendendo estudantes entre 6 e 14 anos. Há, portanto, crianças e adolescentes que, ao longo desse período, passam por uma série de mudanças relacionadas a aspectos físicos, cognitivos, afetivos, sociais, emocionais, entre outros. Como já indicado nas Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental de Nove Anos (Resolução CNE/CEB nº 7/2010)²⁸, essas mudanças impõem desafios à elaboração de currículos para essa etapa de escolarização, de modo a superar as rupturas que ocorrem na passagem não somente entre as etapas da Educação Básica, mas também entre as duas fases do Ensino Fundamental: Anos Iniciais e Anos Finais.

A BNCC do **Ensino Fundamental – Anos Iniciais**, ao valorizar as situações lúdicas de aprendizagem, aponta para a necessária **articulação com as experiências vivenciadas na Educação Infantil**. Tal articulação precisa prever tanto a **progressiva sistematização** dessas experiências quanto o desenvolvimento, pelos alunos, de novas **formas de relação** com o mundo, novas possibilidades de ler e formular hipóteses sobre os fenômenos, de testá-las, de refutá-las, de elaborar conclusões, em uma atitude ativa na construção de conhecimentos.

Nesse período da vida, as crianças estão vivendo mudanças importantes em seu processo de desenvolvimento que repercutem em suas relações consigo mesmas, com os outros e com o mundo. Ampliam-se também as experiências para o desenvolvimento da

oralidade e dos processos de percepção, compreensão e representação, elementos importantes para a apropriação do sistema de escrita alfabética e de outros sistemas de representação, como os signos matemáticos, os registros artísticos, midiáticos e científicos e as formas de representação do tempo e do espaço. Os alunos se deparam com uma variedade de situações que envolvem conceitos e fazeres científicos, desenvolvendo observações, análises, argumentações e potencializando descobertas.

As experiências das crianças em seu contexto familiar, social e cultural, suas memórias, seu pertencimento a um grupo e sua interação com as mais diversas tecnologias de informação e comunicação são fontes que estimulam sua curiosidade e a formulação de perguntas. O estímulo ao pensamento criativo, lógico e crítico, por meio da construção e do fortalecimento da capacidade de fazer perguntas e de avaliar respostas, de argumentar, de interagir com diversas produções culturais, de fazer uso de tecnologias de informação e comunicação, possibilita aos alunos ampliar sua compreensão de si mesmos, do mundo natural e social, das relações dos seres humanos entre si e com a natureza.

As características dessa faixa etária demandam um trabalho no ambiente escolar que se organize em torno dos interesses manifestos pelas crianças, de suas vivências mais imediatas para que, com base nessas vivências, elas possam, progressivamente, ampliar essa compreensão, o que se dá pela mobilização de operações cognitivas cada vez mais complexas e pela sensibilidade para apreender o mundo, expressar-se sobre ele e nele atuar.

Nos dois primeiros anos do Ensino Fundamental, a ação pedagógica deve ter como foco a alfabetização, a fim de garantir amplas oportunidades para que os alunos se apropriem do sistema de escrita alfabética de modo articulado ao desenvolvimento de outras habilidades de leitura e de escrita e ao seu envolvimento em práticas diversificadas de letramentos. Como aponta o Parecer CNE/CEB nº 11/2010²⁹, “os

conteúdos dos diversos componentes curriculares [...], ao descortinarem às crianças o conhecimento do mundo por meio de novos olhares, lhes oferecem oportunidades de exercitar a leitura e a escrita de um modo mais significativo” (BRASIL, 2010).

Ao longo do Ensino Fundamental – Anos Iniciais, a progressão do conhecimento ocorre pela **consolidação das aprendizagens anteriores** e pela **ampliação das práticas** de linguagem e da experiência estética e intercultural das crianças, considerando tanto seus interesses e suas expectativas quanto o que ainda precisam aprender. Ampliam-se a autonomia intelectual, a compreensão de normas e os interesses pela vida social, o que lhes possibilita lidar com sistemas mais amplos, que dizem respeito às relações dos sujeitos entre si, com a natureza, com a história, com a cultura, com as tecnologias e com o ambiente.

Além desses aspectos relativos à aprendizagem e ao desenvolvimento, na elaboração dos currículos e das propostas pedagógicas devem ainda ser consideradas medidas para assegurar aos alunos um **percurso contínuo de aprendizagens entre as duas fases do Ensino Fundamental**, de modo a promover uma maior integração entre elas. Afinal, essa transição se caracteriza por mudanças pedagógicas na estrutura educacional, decorrentes principalmente da diferenciação dos componentes curriculares.

Como bem destaca o Parecer CNE/CEB nº 11/2010, “os alunos, ao mudarem do professor generalista dos anos iniciais para os professores especialistas dos diferentes componentes curriculares, costumam se ressentir diante das muitas exigências que têm de atender, feitas pelo grande número de docentes dos anos finais” (BRASIL, 2010). Realizar as necessárias adaptações e articulações, tanto no 5º quanto no 6º ano, para apoiar os alunos nesse processo de transição, pode **evitar ruptura no processo de aprendizagem**, garantindo-lhes maiores condições de sucesso.

PRINCÍPIOS ORIENTADORES E PRÁTICAS PEDAGÓGICAS

Quando falamos em educação integral, é comum que as pessoas associem o termo ao estilo de educação no qual os estudantes passam o dia todo na escola. Mas esse conceito é diferente, pois se refere a uma nova forma de ensinar aos alunos, uma maneira que os ajude no desenvolvimento de diversas esferas da vida.

Diferente da educação tradicional, que visa desenvolver a capacidade intelectual do aluno, sem se aprofundar muito no crescimento em outras áreas da vida, a Educação Integral visa auxiliar os alunos em seu desenvolvimento como ser humano em todas as dimensões. Dessa forma, ela trabalha em prol do aprimoramento dos estudantes no âmbito físico, emocional, psicológico, familiar e outros.

Podemos dizer que esse conceito é uma forma mais humanizada de educar nossas crianças, jovens e adultos, tendo como objetivo a construção de uma sociedade mais equilibrada, justa e igualitária.

Na educação integral, o foco é educar os alunos em relação às práticas sociais. Isso acontece porque vivemos em uma sociedade na qual há uma grande degradação do meio ambiente, um consumo excessivo e inconsciente, individualismo e violência crescentes. Esses problemas desafiam a educação tradicional, e os educadores buscam alternativas para formar cidadãos conscientes.

Fundamentada como política social, Educação Integral encontra-se respaldada em legislação como a própria Constituição Federal e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB). Tem como pressupostos a integralidade, a intersetorialidade, a transversalidade, o diálogo escola-comunidade, a territorialização, o trabalho em rede e convivência escolar.

Em 2014 foi aprovado o Plano Nacional de Educação (PNE), que tem o objetivo de mudar a educação no Brasil nos próximos dez anos. O projeto prevê que, nesse período, a educação em tempo integral seja oferecida em 50% das escolas públicas e que atenda 25% dos alunos da Educação Básica.

Esse aumento na jornada da escola vem para melhorar a qualidade da educação e introduzir novos conteúdos no currículo escolar dos alunos, o que é um dos propósitos da educação integral.

- **QUAIS SÃO OS PRINCÍPIOS DA EDUCAÇÃO INTEGRAL?**

Esse conceito de educação tem alguns princípios. A seguir, vamos citar quais são eles e significados:

1. CENTRALIDADE NO ESTUDANTE

Esse princípio diz respeito ao estudante, pois ele deve ser o foco da educação integral. Então, todo o planejamento educativo deve ser elaborado de acordo com suas necessidades e interesses. Por isso, a opinião dos alunos deve ser levada em conta durante o planejamento das atividades que serão oferecidas.

2. APRENDIZAGEM PERMANENTE

O princípio da aprendizagem permanente presume que não sejam inseridas no currículo apenas atividades de cunho intelectual. Também são introduzidas práticas que ajudam os alunos a crescerem socialmente e emocionalmente e ainda se desenvolverem em forma física e cultural.

3. PERSPECTIVA INCLUSIVA

Esse princípio é baseado no conceito de que a educação integral deve ser oferecida a todos, respeitando-se as diferenças. Ou seja, pessoas com deficiência ou de etnias, raças e religiões diferentes devem ter atividades que respeitam essa diversidade. O projeto pedagógico deve ser criado de acordo com o conceito de educação inclusiva.

- Por exemplo: se há um estudante muçulmano, o projeto pedagógico deve ser elaborado de forma que as atividades não firam os princípios do aluno nem ofendam sua crença.

4. GESTÃO DEMOCRÁTICA

Diferentemente do que acontece na educação tradicional, nesse conceito de aprendizagem, as decisões em relação às atividades que serão oferecidas não ficam apenas sob a responsabilidade dos diretores e gestores da escola.

Além dos diretores educacionais, pais, professores, alunos e comunidade podem participar de todas as decisões e do acompanhamento das atividades.

Que a educação integral vai revolucionar o sistema de ensino que conhecemos hoje não há dúvidas. No entanto, para manter os alunos interessados, é preciso lançar mão de uma plataforma eficiente de gestão e de ensino.

Com essa nova forma de aprendizagem, as chances de termos adultos equilibrados e com menos problemas emocionais são ainda maiores. Quando a criança é incentivada a se desenvolver em todas as esferas da vida desde cedo, ela cresce com mais inteligência emocional e maturidade para lidar com as adversidades do cotidiano.

O Projeto Pedagógico não é modismo e nem é documento para ficar engavetado em uma mesa na sala de direção da escola, ele transcende o simples agrupamento de planos de ensino e atividades diversificadas. É um instrumento do trabalho que indica rumo, direção e construção com a participação de todos os profissionais da instituição.

Trata-se de um documento baseado na ressignificação de metas e objetivos propostos desde sua fundação, portanto há que considerar as orientações pedagógicas elaboradas anteriormente. O referencial teórico passou por um processo de revisão e atualização preservando as características iniciais, por tratar-se de um parâmetro avaliativo entre o passado e o futuro da Instituição.

As pesquisas mais recentes em desenvolvimento cognitivo e neuropsicologia sugerem que as habilidades cognitivas são bem mais diferenciadas e mais específicas do que se acreditava (Gardner, 1985). Na sua teoria, Gardner propõe que todos os indivíduos, em princípio, têm a habilidade de questionar e procurar respostas usando todas as inteligências.

Todos os indivíduos possuem como parte de sua bagagem genética, certas habilidades básicas em todas as inteligências. A linha de desenvolvimento de cada inteligência, no entanto, será determinada tanto por fatores genéticos e neurobiológicos quanto por condições ambientais. Ele propõe, ainda, que cada uma destas inteligências tem sua forma própria de pensamento, ou de processamento de informações, além de seu sistema simbólico.

Estes sistemas simbólicos estabelecem o contato entre os aspectos básicos da cognição e a variedade de papéis e funções culturais.

A noção de cultura é básica para a Teoria das Inteligências Múltiplas. Com a sua definição de inteligência como a habilidade para resolver problemas ou criar produtos que são significativos em um ou mais ambientes culturais, Gardner sugere que alguns talentos só se desenvolvem porque são valorizados pelo ambiente. Ele afirma que cada cultura valoriza certos talentos, que devem ser dominados por uma quantidade de indivíduos e, depois, passados para a geração seguinte.

Para Gardner, cada domínio, ou inteligência, pode ser visto em termos de uma sequência de estágios: enquanto todos os indivíduos normais possuem os estágios mais básicos em todas as inteligências, os estágios mais sofisticados dependem de maior trabalho ou aprendizado.

A sequência de estágios se inicia com o que Gardner chama de habilidade de padrão cru. O aparecimento da competência simbólica é visto em bebês quando eles começam a perceber o mundo ao seu redor. Nesta fase, os bebês apresentam capacidade de processar diferentes informações. Eles já possuem, no entanto, o potencial para desenvolver sistemas de símbolos, ou simbólicos.

O segundo estágio, de simbolizações básicas, ocorre aproximadamente dos dois aos cinco anos de idade. Neste estágio as inteligências se revelam através dos sistemas simbólicos. Aqui, a criança demonstra sua habilidade em cada inteligência através da compreensão e uso de símbolos: a música através de sons, a linguagem através de conversas ou histórias, a inteligência espacial através de desenhos etc.

No estágio seguinte, a criança, depois de ter adquirido alguma competência no uso das simbolizações básicas, prossegue para adquirir níveis mais altos de destreza em domínios valorizados em sua cultura.

À medida que as crianças progredem na sua compreensão dos sistemas simbólicos, aprendem os sistemas que Gardner chama de sistemas de segunda ordem, ou seja, a grafia dos sistemas (a escrita, os símbolos matemáticos, a música escrita etc.). Nesta fase, os vários aspectos da cultura têm impacto considerável sobre o desenvolvimento da criança, uma vez que ela aprimorará os sistemas simbólicos que demonstrem ter maior eficácia no desempenho de atividades valorizadas pelo grupo cultural.

Finalmente, durante a adolescência e a idade adulta, as inteligências se revelam através de ocupações vocacionais ou não vocacionais. Nesta fase, o indivíduo adota um campo específico e focalizado, e se realiza em papéis que são significativos em sua cultura.

Em observância às fases de desenvolvimento da criança, o Projeto Pedagógico estima que:

- O Projeto de Educação Integral em tempo integral destine-se a reduzir a evasão bem como a repetência escolar, melhorando os índices do IDEB e corrigindo a distorção idade/ano;
- Sejam traçadas estratégias funcionais reduzindo o risco social enfrentado por grande parte da clientela atendida;
- A escola tem função sócio cultural, devendo possibilitar ao aluno vivenciar a cidadania e incentivar a participação social;
- O Capítulo 5 da LDB 9.394/96 trata somente de aspectos referentes à Educação Especial seja respeitado. E sempre que for necessário, haverá serviços de apoio especializado para atender às necessidades peculiares de cada aluno portador de necessidades especiais;
- Tanto quanto um direito, a educação é definida, em nosso ordenamento jurídico, como dever: direito do cidadão – dever do Estado. A inclusão social ressalta-se como compromisso com a democratização do saber. Por isso, o art. 205 de nossa Constituição Federal de 1988 é claro: A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho;
- O diálogo pedagógico, a investigação e a criatividade que perpassem por todo processo de ensinar e aprender;
- A proposta curricular, bem como as condições internas e externas para sua concretização seja definida com vistas à evolução dos conceitos espontâneos apreendidos pela criança, ressaltando a aplicação dos preceitos de uma escola que se desenvolve de acordo com o Sistema de Ciclos Educacionais;
- O tempo e o espaço da escola sejam concebidos em função do aluno, que é a razão do projeto pedagógico;

- O envolvimento de toda comunidade escolar na construção social do conhecimento aconteça efetivamente;
- A transição de um segmento para outro aconteça sem estranheza e facilite a interação com o novo ambiente pedagógico, cognitivo, social, afetivo dentre outros;
- O respeito à individualidade e à diversidade, bem como o convívio com os pares em idade de socialização obedeçam aos preceitos curriculares;
- Formação de profissionais críticos, que se compreendam como construtores de um determinado projeto de educação, preparados para reconhecer o papel das instituições de ensino em suas relações com o conjunto da estrutura social do país e capazes de construir conhecimento a partir de suas intervenções pedagógicas. Ao mesmo tempo, garantir a esses profissionais as condições para que exerçam plenamente suas funções e possam qualificar-se permanentemente;
- Os mecanismos administrativos e financeiros cumpram sua missão na perspectiva de viabilizar as ações pedagógicas;

Ao posicionar o estudante e seu desenvolvimento no centro do processo educativo, reconhecendo-o como **sujeito social, histórico, competente e multidimensional**, a Educação Integral contribui para reconectar a escola e a educação à vida dos estudantes. Quatro princípios norteiam essa concepção que busca constituir políticas e práticas educativas inclusivas e emancipatórias:

- **Equidade:** reconhecimento do direito de todos e todas de aprender e acessar oportunidades educativas diversificadas, a partir da interação com múltiplas linguagens, recursos, espaços, saberes e agentes.
- **Inclusão:** reconhecimento da singularidade e diversidade dos sujeitos, a partir da construção de projetos educativos pertinentes para todos e todas.

- **Sustentabilidade:** compromisso com processos educativos contextualizados e com a interação permanente entre o que se aprende e se pratica.
- **Contemporaneidade:** compromisso com as demandas atuais, foco na formação de sujeitos críticos, autônomos e responsáveis consigo mesmo e com o mundo.

MISSÃO E OBJETIVOS DA EDUCAÇÃO, DO ENSINO E DAS APRENDIZAGENS

Os objetivos institucionais são considerados elementos fundamentais no processo de planejamento da prática educativa, pois oferece segurança e orientação na ação pedagógica ajudando nos meios adequados para a aplicação prática do Projeto Político Pedagógico. Seguem os resultados educacionais que a coletividade espera alcançar por meio de uma ação educativa intencional e sistemática:

- Priorizar a educação sistematizada e a qualidade de ensino enquanto processo de instrução, sensibilidade e civismo apontando para os traços cognitivos, sociais, culturais, religiosos, cívicos e políticos inerentes a formação do cidadão;
- Promover a cultura da paz contemplando um conjunto de ações com vistas à redução da violência dentro e fora da Instituição, assim como a promoção de ações de prevenção e da convivência pacífica entre os membros da comunidade escolar;
- Reduzir os índices de evasão, repetência e infrequência escolar propiciando ao aluno um ambiente atrativo e significativo a partir da Educação Integral em tempo integral;
- Estimular e propor soluções para as disfunções da prática pedagógica, considerando limites e potencialidades através da formação continuada e das discussões fomentadas nas coordenações coletivas ou compartilhadas;
- Valorizar os membros da comunidade escolar sensibilizando-os e conscientizando-os de sua grandiosa participação no processo educativo;

- Estimular a participação efetiva dos pais nas decisões escolares, através do Conselho Escolar, Assembleias Deliberativas, Conselho de Segurança Escolar, reuniões palestras e afins;
- Angariar parcerias locais visando a valorização e o resgate social da escola;
- Investir na prática pedagógica através de estudos, debates, elaboração de projetos e conservação dos materiais disponibilizados;
- Promover a Educação Integral em tempo integral considerando aspectos logísticos e funcionais, suprimindo as necessidades básicas dos alunos da Pré Escola (I e II Períodos) ao 5º Ano;
- Oferecer uma merenda adequada à cada segmento, cumprindo o limite de 5 refeições diárias para o Ensino Fundamental e para a Educação Infantil;
- Contemplar através da Educação Física Escolar o desenvolvimento motor, afetivo-social e cognitivo, conforme a faixa etária dos alunos. Adquirindo conhecimento de como melhorar a qualidade do movimento, das habilidades motoras, da capacidade de executar as habilidades básicas de locomoção, manipulação, estabilização e suas combinações; e ainda ter acesso a regras dentro das dimensões biológicas, comportamentais e socioculturais;
- Destinar às atividades culturais e esportivas momentos específicos para a construção de valores e atitudes;
- Priorizar a integração dos alunos com necessidades especiais, bem como o suporte cognitivo e psicológico através dos serviços especializados (SOE – Sala de Recursos – Altas Habilidades);

- Revitalizar os espaços físicos da escola, tornando públicos os atos de aplicação dos recursos financeiros;
- Estruturar o ambiente físico para que este possa atender e facilitar o acesso aos portadores de deficiência;
- Entender a atuação de dois professores regentes como recurso eficiente e determinante na aplicação da Base Curricular Nacional, favorecendo o educando no processo de ensino e aprendizagem;
- Tratar o processo de transição (do 5º para o 6º Ano) como momento de amadurecimento cognitivo e psicológico na vida escolar de cada aluno, favorecendo a construção da identidade social;
- Elaborar estratégias visando minimizar o processo de retenção no 3º Ano (BIA), determinando um acompanhamento sistemático por parte da equipe pedagógica e apoio à aprendizagem. O alto índice constatado em 2016 caracterizou matrículas oriundas de escolas do entorno (em meados do segundo semestre letivo) sendo estudantes com baixíssimo rendimento próprio para idade/ano;
- Perceber a infrequência escolar como causa maior do fracasso escolar, e como tal, exigir nas formas da Lei, o devido acompanhamento familiar;
- Inserir o Conselho Escolar na formulação de ações pedagógicas, considerando casos que caracterizem abandono familiar;

À luz desses princípios norteadores anunciados, tem-se como foco de atuação:

• **Aprendizagem:**

A ação escolar centra-se no aluno e na aprendizagem, não entendida como acumulação de informações e conteúdos, e sim como um processo de formação e de construção do ser humano, intrínseca aos sujeitos, que se relacionam, que se comunicam e se formam no ambiente social e pedagógico da instituição educacional.

Alunos, professores e pais aprendem quando se relacionam e se comprometem com conteúdos e novas aprendizagens, de forma sistemática e contínua, no espaço escolar e fora dele, a partir de seus saberes, realidade e expectativas.

O conjunto de diretrizes a serem adotadas pelos Estados, Distrito Federal e Municípios na gestão de suas redes/escolas e nas práticas pedagógicas é regulamentado pelo Decreto nº 6.094, de 24 de abril de 2007, que prevê:

- **FORMAÇÃO DE PROFESSORES E GESTORES:** A formação inicial e em serviço é intrínseca ao ser e, mais ainda, quando se torna professor/educador e gestor da educação escolar. Revigorar e qualificar os atores envolvidos na educação é um fator de impacto e de mudanças na ação e na prática pedagógica dos professores e dos gestores.

- **GESTÃO DEMOCRÁTICA:** É uma forma de gerir uma instituição de maneira que possibilite a participação, transparência e democracia. Esse modelo de gestão, segundo Vieira (2005), representa um importante desafio na operacionalização das políticas de educação e no cotidiano da escola.

No Brasil, com a reabertura político-democrática, pós Ditadura Militar (1964 - 1985), a Constituição Federal de 1988 chegou para definir a “gestão democrática do ensino público, na forma da lei” como um de seus princípios (Art. 206, Inciso VI). Alguns anos mais tarde, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) de 1996, veio reforçar esse princípio, acrescentando apenas “e a legislação do sistema de ensino” (Art. 3º, Inc. VIII). A partir de então, o tema se tornou um dos mais discutidos entre os estudiosos da área educacional.

- **Detalhamento na LDB**

A LDB, em seus artigos 14 e 15, apresentam as seguintes determinações, no tocante à gestão democrática:

Art. 14 - Os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios:

1. Participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola;

II. Participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes.

Art. 15 - Os sistemas de ensino assegurarão às unidades escolares públicas de educação básica que os integram progressivos graus de autonomia pedagógica e administrativa e de gestão financeira, observadas as normas de direito financeiro público.

Estes artigos da LDB, acima citados, dispõem que a “gestão democrática do ensino público na educação básica aos sistemas de ensino, oferece ampla autonomia às unidades federadas para definirem em sintonia com suas especificidades formas de operacionalização da gestão, com a participação dos profissionais da educação envolvidos e de toda a comunidade escolar e local” (VIEIRA, 2005).

Os elementos básicos da Gestão Democrática podem se apresentar de várias maneiras, na esfera escolar, as principais são: na constituição e atuação do Conselho escolar; na elaboração do **Projeto Pedagógico**, de modo coletivo e participativo; na definição e fiscalização da verba da escola pela comunidade escolar; na divulgação e transparência na prestação de contas; na avaliação institucional da escola, professores, dirigentes, estudantes, equipe técnica; na eleição direta para diretor(a).

FUNDAMENTOS TEÓRICOS-METODOLÓGICOS

Num mundo em constantes transformações, a educação escolar apresenta-se como instrumento mediador das relações estabelecidas entre o homem e a sociedade e, como prática social, não está dissociada de outras práticas que permeiam igualmente o processo de interação humana.

Imbuída de natureza política, a educação, forjada no espaço escolar, propicia ao aluno o desenvolvimento de habilidades capazes de fazê-lo recriar o mundo e a si próprio, na busca de uma cidadania efetivamente participativa, focada na valorização e no respeito à diversidade.

A instituição educacional, como lócus de divulgação e sistematização do saber construído historicamente pela humanidade, nos seus diferentes estágios de produção, assume, na contemporaneidade, aquilo que a caracteriza como instância articuladora do conhecimento nas suas diferentes dimensões. Isso posto, merece ser sublinhada do ponto de vista teórico-conceitual a maneira como é concebida a educação no interior de uma sociedade assentada na desigualdade social.

Se pensada como instrumento capaz de libertar o homem das relações de opressão e dominação, a educação escolar, no seu fazer pedagógico, tem o compromisso político com a formação de sujeitos críticos e reflexivos que, mediante a apropriação do conhecimento, sejam capazes de perceberem-se como sujeitos históricos imbuídos de um espírito cada vez mais comprometido com a construção de uma sociedade verdadeiramente democrática e inclusiva.

Nesse contexto, surgem no campo da educação as vertentes teóricas de viés pedagógico incumbidas de pensar as metodologias de ensino aplicadas à aprendizagem escolar. No Brasil, merece destaque a “pedagogia revolucionária” de Saviani (2005, p.75) como a que melhor representa uma educação emancipatória. Isto é, “deriva de uma concepção que articula educação e sociedade e parte da consideração de que a sociedade em que vivemos é dividida em classes com interesses opostos”.

Pensando como o autor, compreende-se, neste momento, que não se deve trabalhar o conhecimento destituído de uma visão “crítico-social dos conteúdos”, procurando, na sua contextualização, explicitar as contradições inerentes às sociedades capitalistas, como mecanismo de enfretamento das desigualdades sociais. Acredita-se,

com isso, dar significado real às aprendizagens processadas pelos alunos no interior da sala de aula.

Nesse sentido, a definição de **fundamentos teórico-metodológicos** objetiva nortear o trabalho pedagógico nas diversas instituições educacionais da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal. Cabe, portanto, às equipes dessas instituições planejarem propostas e atividades coerentes com esses princípios, de tal maneira que cada educador possa sempre avaliar dois aspectos diferentes, embora interdependentes e complementares: o procedimento didático e o que o aluno aprendeu.

Ao longo do tempo e em diversos contextos culturais, surgiram diferentes concepções acerca do desenvolvimento humano, em decorrência das diferentes visões de sociedade e de homem que sobressaíram em cada contexto sócio-histórico-cultural e que influenciaram as práticas pedagógicas adotadas pela escola como detentora do saber institucionalizado. Atribui-se cada vez mais à educação escolar diferentes funções e finalidades que variam segundo o modelo de desenvolvimento humano que adota (UNESCO, 2007).

As variadas concepções desenvolvimentistas têm evoluído em função do tempo e do espaço. No entanto, a educação ainda tende a absorver tendências naturalísticas, unidirecionais e passivas do ser humano. Estudiosos da área de desenvolvimento e educação têm-se concentrado em paradigmas que promovam o desenvolvimento de habilidades intelectuais fundamentais, como capacidade de desenvolver o pensamento lógico, de buscar soluções eficientes para problemas e de tomar decisões efetivas.

A concepção de desenvolvimento humano incorporada pela escola exige a integração de esforços e a harmonia de ações que favoreçam a compreensão do sujeito ativo na construção dos processos psicológicos, levando em conta a sua interação com seu contexto sociocultural (VALSINER, 1995). Educação, na perspectiva do desenvolvimento humano, prioriza ações que devem se iniciar no lar e progredir com a ajuda da instituição educacional, a fim de que os desafios de uma sociedade em que as transformações, devido à velocidade das informações e do conhecimento, exigem constantes inovações dos sistemas educativos que compreendem o domínio e a conquista de competências, o desenvolvimento e aperfeiçoamento de talentos individuais e coletivos, e, ainda, a necessidade de agir e pensar com criatividade.

Três concepções de desenvolvimento são apresentadas com fundamentações diferenciadas: a inatista, a empirista/ambientalista e a interacionista. A abordagem

inatista está pautada no princípio de que a criança é um ser pronto e determinado geneticamente. Para seus seguidores, a criança traz consigo características físicas e psicológicas, como inteligência e aptidão para certas tarefas, e o seu desenvolvimento dar-se-á havendo condições ambientais mínimas. Nessa concepção, o professor apenas auxilia o desenvolvimento do aluno, que é o centro do processo.

Em oposição a essa abordagem, tem-se a concepção empirista/ambientalista do conhecimento, segundo a qual aquilo que o homem conhece resulta de sua experiência sensorial direta com o mundo e não de ideias inatas. O desenvolvimento seria produzido pelo ambiente, que modelaria a criança, concebida como totalmente submissa ao meio, e a aprendizagem representa treino. Nessa concepção, o professor é diretivo e não considera as singularidades do aluno.

Com a divulgação de descobertas científicas, a ciência começou a aproximar sujeito e objeto, criança e conhecimento, sendo o último visto como elemento dinâmico e interligado. Estavam lançadas, assim, as bases para a visão construtivista do conhecimento. Sob essa visão, não há uma realidade absoluta e verdadeira, mas interpretável, e, para ser interpretada, homem e mundo desenvolvem-se por meio da linguagem que permeia as relações que estão em nossa cultura.

Na perspectiva do desenvolvimento humano que considera a criança capaz de atribuir significados ao mundo e a si mesma e de manifestar comportamento inteligente, social e afetivo, diferente daquele do adulto, mas não inferior, surge a concepção interacionista. O indivíduo age sobre o meio de acordo com suas capacidades e com determinadas significações que atribui a cada situação. Cada uma das experiências vividas faz com que ele transforme suas capacidades e significações já elaboradas, abrindo-se para novos conhecimentos e modificando sua forma de agir.

Assim, ampliam-se as concepções sobre desenvolvimento, que não é visto segundo um padrão único, mas como possibilidades para diversas aquisições, permitindo-se discutir diferenças no processo de aprendizagem em função de diversos contextos, incluindo o social e o cultural. Nesse sentido, o professor age como um mediador da aprendizagem, auxiliando os alunos a obterem êxito no mundo atual por meio da estimulação de aspectos importantes da personalidade que lhes permitam expandir suas potencialidades e aplicá-las em algum campo do conhecimento e da cultura, ou seja, desenvolverem-se.

Na concepção sociogenética e interacionista, Bronfenbrenner e Crouter (1982) afirmam ser o desenvolvimento um processo de crescimento e complexificação progressiva das estruturas do sujeito. Tal processo é caracterizado pela maturação biológica e pelas interações que o sujeito estabelece com os contextos imediatos em que o desenvolvimento ocorre e os múltiplos contextos com os quais se relaciona.

Ainda sob uma visão sistêmica, Ford e Lerner (apud BRANCO & VALSINER, 1999) definem desenvolvimento humano da seguinte maneira: O desenvolvimento humano individual envolve processos de incremento e transformação que, através do fluxo de interações entre as características atuais da pessoa e os contextos em que está inserida, produzem uma sucessão de mudanças relativamente duradouras que elaboram ou aumentam a diversidade das características estruturais e funcionais da pessoa e os padrões de suas interações com o ambiente, ao mesmo tempo em que mantêm a organização coerente e a unidade estrutural-funcional da pessoa como um todo (p. 49).

Essa é uma visão mais abrangente, visto que engloba elementos presentes em diferentes definições de teóricos, que concebem os fatores de desenvolvimento como bidirecionais, e que o princípio ontogenético, que significa o aumento de diferenciação, articulação e integração dos vários níveis em que se dão as interações entre a pessoa e o contexto social ao longo de seu curso desenvolvimental. Nessa perspectiva, o desenvolvimento vai de uma menor diferenciação para uma maior diversidade, flexibilidade e variabilidade.

O indivíduo participa ativamente desse processo, integrando-se aos contextos interpessoal, histórico e cultural com os quais interage e se constrói. Esse novo paradigma de desenvolvimento humano, que desponta no cenário de um novo milênio, caracteriza-se por ser integrador e contextual. A concepção de aprendizagem adotada pela Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal corrobora com esse paradigma, “em uma perspectiva de construção de conhecimento numa relação sócio-históricointeracionista, fundamentada na convicção de que os conhecimentos científicos necessitam ser reconstruídos em suas plurideterminações” (Orientações Gerais para o Ensino Fundamental de 9 Anos: Bloco Inicial de Alfabetização, 2006).

A partir desses pressupostos, pode-se dizer que o desenvolvimento humano é um processo que se dá desde o nascimento, em ambientes culturalmente organizados e socialmente regulados, por meio de interações estabelecidas com parceiros, nas quais cada pessoa (adulto ou criança, professor e aluno) desempenha um papel ativo. Esses

processos interativos, que envolvem um fluxo de comportamentos que são interpretados pela ação do outro e por elementos orgânicos, físicos, interacionais, sociais, econômicos e ideológicos, integram-se de forma dinâmica e dialética, compondo uma rede denominada como Rede de Significações (OLIVEIRA, 1990, 1995; OLIVEIRA & ROSSETTI-FERREIRA, 1993).

Essa rede estrutura um meio que, a cada situação, “captura e recorta o fluxo de comportamentos dos sujeitos, tornando-os significativos naquele contexto, constituindo-se como mediadora do desenvolvimento, simultaneamente de cada um e de todos os participantes envolvidos” (ROSSETTI-FERREIRA, AMORIM & SILVA, 2000). Nessa perspectiva, o desenvolvimento deve ser compreendido como um processo contínuo, multidimensional e dinâmico, que está sempre em movimento e que ocorre na interação dialética que o organismo tem com o ambiente.

Simultaneamente, pessoas e redes de significações são contínuas e mutuamente transformadas e reestruturadas, canalizadas pelas características sociais, físicas e temporais do contexto no qual as interações ocorrem. O conhecimento difere do que defende a escola tradicional, por estimular uma forma de pensar em que o aluno reconstrói o conhecimento existente, tornando a aprendizagem significativa.

O sistema educacional do Distrito Federal, a exemplo do que se constata no mundo, aspira pela qualidade da educação. No entanto, a almejada qualidade está condicionada a fatores ideológicos e políticos, ao momento histórico e a concepções de desenvolvimento humano e de aprendizagem predominantes em uma determinada cultura. Dessa forma, há que se ter clareza acerca do homem que se quer formar para avançar e dos tipos de aprendizagem que precisam ser desenvolvidos para esse fim. Essa percepção deve ser compartilhada pelo conjunto da sociedade e, mais especificamente, pela comunidade educativa.

Portanto, algumas dimensões devem ser consideradas no contexto da qualidade da educação, agregadas à eficiência e à eficácia, características fundamentais que devem ser consideradas como elementos primordiais de uma aprendizagem significativa e de acordo com os preceitos compartilhados pelo conjunto da sociedade. Nesse sentido, a educação deverá considerar como qualidade fundamental a relevância e a pertinência daquilo que se ensina e daquilo que se aprende, para se ter certeza dos caminhos que serão trilhados em busca de uma educação para todos. Coll e Martin (2006) trabalham

esses conceitos de modo a dar visibilidade às competências, às habilidades e aos conteúdos a serem priorizados no Currículo Escolar.

Por relevância entende-se as decisões e intenções educacionais que responderão às questões: para que serve e a quem se destina a educação? Será relevante se, concretamente, der oportunidade ao aluno de vivenciar e conhecer os direitos fundamentais que conduzirão o seu desenvolvimento integral como pessoa. A relevância também agrega fins educativos, que deverão garantir o equilíbrio entre as demandas sociais, culturais e de desenvolvimento pessoal, e sinaliza para as aprendizagens básicas imprescindíveis e desejáveis.

Coll e Martin (2006) definem como aprendizagens básicas imprescindíveis aquelas que devem ser conseguidas ao término do Ensino Fundamental, cuja não aquisição apresentaria grandes dificuldades para serem atingidas após o período de educação obrigatória, comprometendo o projeto de vida futura do aluno e colocando-o em situação de vulnerabilidade e exclusão social.

As aprendizagens básicas desejáveis são definidas pelos autores como aquelas que, mesmo sendo importantes para o aluno, não comprometem negativamente seu desenvolvimento escolar e podem ser adquiridas sem grandes dificuldades além do término da educação obrigatória. Uma vez identificados esses dois tipos de aprendizagem, tem-se de decidir quais aprendizagens devem ser incluídas como relevantes e com que nível de profundidade devem ser tratadas no currículo da educação obrigatória. A ideia dessa diferenciação é dedicar maior atenção às competências que fundamentam as aprendizagens consideradas relevantes, que estão vinculadas aos conteúdos fundamentais e ao domínio das habilidades.

Contudo, deve-se ter especial cuidado para que a educação não se reduza às aprendizagens imprescindíveis, porquanto isso limitaria as oportunidades de desenvolvimento dos alunos e, em consequência, o seu direito a uma educação de qualidade. Outro parâmetro internacional de qualidade da educação é a pertinência, que está relacionada à acessibilidade, à disponibilidade e à aceitabilidade (UNESCO, 2007). Por pertinência entende-se todos os recursos pedagógicos, administrativos e funcionais que coloquem o aluno no centro de todo o processo de ensino e de aprendizagem, flexível e adaptado aos mais diversos contextos educacionais e às especificidades dos alunos. Em suma, uma educação de qualidade, como direito humano fundamental, é aquela que garante as condições necessárias à aprendizagem do aluno em seus

diferentes níveis, de modo a atender às suas necessidades e promover o seu efetivo desenvolvimento.

As transformações ocorridas no âmbito do trabalho remetem ao processo de globalização da economia em um mundo cada vez mais impactado pelo avanço científico-tecnológico. Tais transformações aos poucos influenciam os processos educativos, cujas características apontam para um novo paradigma de educação: a pedagogia de competências. A rapidez com que evolui o conhecimento faz da educação o principal fator de promoção das competências, assumindo centralidade nas questões relacionadas à formação humana em sua totalidade, contemplando as dimensões físicas, emocionais, culturais, cognitivas e profissionais.

De acordo com Perrenoud (1999, p.7), competência é “a capacidade de agir eficazmente em um determinado tipo de situação, apoiada em conhecimento, mas sem limitar-se a eles”. Dessa forma, os processos de ensino e de aprendizagem devem favorecer ao aluno a articulação dos saberes para enfrentar os problemas e as situações inusitadas encontrados nos contextos pessoais e profissionais.

Apesar de o referido conceito trazer, para o cenário educacional, uma nova perspectiva para o processo de ensino e de aprendizagem, já que pressupõe a utilização de estratégias pedagógicas que promovam a aprendizagem ativa, em que o aluno tenha liberdade para criar, para desenvolver raciocínios mais elaborados e para questionar, esse é refutado por Kuenzer (2002, p.12), que defende que cabe às instituições educacionais desempenharem com qualidade seu papel na criação de situações de aprendizagem, que permitam ao aluno desenvolver as capacidades cognitivas, afetivas e psicomotoras, relativas ao trabalho intelectual.

À luz desses princípios norteadores anunciados temos como foco de atuação:

- Aprendizagem: A ação escolar centra-se no aluno e na aprendizagem, não entendida como acumulação de informações e conteúdos, e sim como um processo de formação e de construção do ser humano, intrínseca aos sujeitos, que se relacionam, que se comunicam e se formam no ambiente social e pedagógico da instituição educacional.
- Alunos, professores e pais aprendem quando se relacionam e se comprometem com conteúdos e novas aprendizagens, de forma sistemática e contínua, no espaço escolar e fora dele, a partir de seus saberes, realidade e expectativas.

Essas informações subsidiarão a política de formação continuada dos profissionais da educação, a reorientação destas Diretrizes Pedagógicas, no sentido de aprimorá-las, e o estabelecimento de metas para o projeto pedagógico de cada instituição educacional, embasando, essa última, no replanejamento de suas ações.

ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO PEDAGÓGICO

Uma rotina compreensível e claramente definida é, também, fator de segurança. Serve para orientar as ações das crianças e dos professores e favorece a previsão de situações que possam vir a acontecer. As atividades de rotina são aquelas que devem ser realizadas diariamente, oportunizando as crianças o desenvolvimento e a manutenção de hábitos indispensáveis à preservação da saúde física e mental como, por exemplo, a ordem, a organização, a higiene, o repouso, a alimentação correta, o tempo e o espaço adequados, as atitudes, as atividades do dia etc.

AS DIRETRIZES PEDAGÓGICAS E OPERACIONAIS PARA A EDUCAÇÃO INTEGRAL EM TEMPO INTEGRAL conceberam um formato específico dentro das Unidades Escolares, unindo-se à perspectiva do Currículo Integrado. Assim, a Base Nacional Comum e a Parte Flexível (oficinas e Educação Física) somaram forças com a organização pedagógica entremeada, resultando num atendimento diferenciado e atrativo aos estudantes.

O papel do professor de Educação Física, que atua com o conjunto de 15 turmas, atendeu uma demanda a tempos solicitada pelas escolas que atendem Anos Iniciais e Educação Infantil. Visa desenvolver manifestações da cultura corporal, a música e a prática lúdico-artística, bem como tudo que faz parte da formação integral do estudante. Vale salientar que sem esses agentes facilitadores, a rotina do atendimento em tempo integral deixaria de cumprir sua finalidade na ampliação de tempo e diferentes espaços.

A preocupação com a melhoria no aprendizado dos alunos, principalmente na Educação Básica, é um dos principais incentivadores de vários estudos na área educacional. Essas pesquisas resultam não somente em inovações de ferramentas, mas também em métodos e estratégias de ensino. A sequência didática é uma dessas estratégias aplicadas pelos professores dos Anos Iniciais e também, na Educação com Movimento.

Apesar de não ser nova, essa estratégia tem ganhado mais destaque nos últimos anos. Isso ocorre devido a maior produção e distribuição de materiais didáticos produzidos com base nessa sistemática.

Dentro do contexto pedagógico organizado dentro do CAIC Professor Benedito Carlos de Oliveira, a Pedagogia de Projetos se coloca como uma atribuição possível e

eficaz, enriquecendo a atuação do professor que a utiliza nas diferentes etapas da vida escolar do aluno. Neste sentido, tanto a Equipe Gestora quanto a Equipe Pedagógica estabelecem metas contínuas para sanar defasagens na aprendizagem, e, ainda, alcançar resultados positivos oriundos das articulações interpessoais envolvendo docentes e discentes.

A prática do Currículo educativo representa a composição dos conhecimentos e valores que caracterizam um processo social focado numa rotina semelhante à que foi citada acima. Ele é proposto pelo trabalho pedagógico nas escolas.

O Currículo, não é imparcial, é social e culturalmente definido. Reflete uma concepção de mundo, de sociedade e de educação, implica relações de poder, sendo o centro da ação educativa. A visão do currículo está associada ao conjunto de atividades intencionalmente desenvolvidas para o processo formativo.

A Secretaria de Estado de Educação classifica a estrutura curricular em:

- Educação Infantil (4 e 5 anos);
- Estratégia Metodológica do Bloco Inicial de Alfabetização (BIA);
- Estratégia organizada em Ciclos de Aprendizagem (4º e 5º ano).

O trabalho com os alunos da Pré Escola prevê contato mais direto com materiais escritos (livros, jornais, revistas, textos didáticos, anúncios, encartes...) e atividades capazes de estimular a relação entre significado e significante, como por exemplo: produção coletiva e individual de textos, pesquisas, jogos, vídeo, leitura de obras, música, dramatização, entre outras. As atividades realizam-se a partir de recursos, como: vídeo, materiais impressos (livros, jornais, revistas, encartes...), música, lápis, canetinha, giz de cera, massinha, diferentes tipos de papéis, cartazes, quadro negro, mural, brinquedos e jogos, caderno, passeios, etc.

A prática de avaliação na Educação Infantil é de natureza diversa da avaliação no ensino fundamental. Pode-se utilizar métodos diferentes, pelos quais se registram observações feitas. Porém, a escrita é, certamente, o mais comum e o mais acessível. O registro, as observações e as impressões diárias em muito contribuirão para o planejamento educativo.

Avaliar a criança pequena requer, do educador que a conduzirá pela vida escolar, conhecimento prévio sobre seu desenvolvimento e características singulares. É preciso saber como ela assimila os novos conhecimentos, como responde aos estímulos e como acontece o processo maturacional e social dessa criança.

O Bloco de Alfabetização aplica com efetividade as orientações próprias para o segmento, com foco nas diretrizes do Plano Nacional de Educação (PNE).

Dessa forma, todos os estados e municípios devem estruturar seus planos específicos – mais conhecidos como Planos Subnacionais de Educação – mostrando como vão alcançar e atingir as metas previstas pelo PNE, considerando, é claro, o contexto e as necessidades locais.

Conforme definido em lei, o acompanhamento da execução e cumprimento das metas do PNE devem ser realizadas a cada dois anos pelo Ministério da Educação (MEC), pela Comissão de Educação da Câmara dos Deputados e Comissão de Educação, Cultura e Esporte do Senado Federal, pelo Conselho Nacional de Educação (CNE), e pelo Fórum Nacional de Educação.

- Assim sendo, cabe a estas instâncias, segundo a Lei Nº 13.005:

I – divulgar os resultados do monitoramento e das avaliações nos respectivos sítios institucionais da internet;

II – analisar e propor políticas públicas para assegurar a implementação das estratégias e o cumprimento das metas;

III – analisar e propor a revisão do percentual de investimento público em educação.

Dessa forma, ficou estipulado que a cada dois anos – durante o período de vigência deste PNE – o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) publicará estudos mostrando resultados até o momento da divulgação oficial. Desde que o PNE foi sancionado, foram publicados apenas dois relatórios: um em 2016 e outro em 2018.

Agora que você já sabe o que é o PNE e como as metas estão sendo acompanhadas, vamos ver quais são as diretrizes e as metas do Plano Nacional de Educação?

O PNE, sancionado em 2014, estabelece 10 diretrizes para melhorar a educação até o ano de 2024. A seguir listamos os objetivos deste Plano:

1. Erradicação do analfabetismo.
2. Universalização do atendimento escolar.

3. Superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da justiça social, da equidade e da não discriminação.
4. Melhoria da qualidade da educação.
5. Formação para o trabalho e para a cidadania, com ênfase nos valores morais e éticos em que se fundamenta a sociedade.
6. Promoção do princípio da gestão democrática da educação pública.
7. Promoção humanística, científica, cultural e tecnológica do país.
8. Estabelecimento de meta de aplicação de recursos públicos em educação como proporção do produto interno bruto, que assegure atendimento às necessidades de expansão, com padrão de qualidade e equidade.
9. Valorização dos profissionais da educação.
10. Promoção dos princípios do respeito aos direitos humanos, à diversidade e à sustentabilidade socioambiental.

E para atingir todos esses objetivos foram definidas 20 metas. Vamos ver quais são elas?

Meta 1 – Educação Infantil

“Universalizar, até 2016, a educação infantil na pré-escola para as crianças de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos de idade e ampliar a oferta de Educação Infantil em creches de forma a atender, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das crianças de até 3 (três) anos até o final da vigência deste PNE”.

Meta 2 – Ensino Fundamental

“Universalizar o Ensino Fundamental de 9 (nove) anos para toda a população de 6 (seis) a 14 (quatorze) anos e garantir que pelo menos 95% (noventa e cinco por cento) dos alunos concluam essa etapa na idade recomendada, até o último ano de vigência deste PNE”.

Meta 3 – Ensino Médio

“Universalizar, até 2016, o atendimento escolar para toda a população de 15 (quinze) a 17 (dezessete) anos e elevar, até o final do período de vigência deste PNE, a taxa líquida de matrículas no Ensino Médio para 85% (oitenta e cinco por cento)”.

Meta 4 – Inclusão

“Universalizar, para a população de 4 (quatro) a 17 (dezessete) anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, o acesso à educação básica e ao atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino, com a garantia de sistema educacional inclusivo, de salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados”.

Meta 5 – Alfabetização Infantil

“Alfabetizar todas as crianças, no máximo, até o final do 3o (terceiro) ano do ensino fundamental”.

Meta 6 – Educação Integral

“Oferecer Educação em Tempo Integral em, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das escolas públicas, de forma a atender, pelo menos, 25% (vinte e cinco por cento) dos (as) alunos (as) da educação básica.”.

Meta 7 – Qualidade da Educação Básica/IDEB

“Fomentar a qualidade da educação básica em todas as etapas e modalidades, com melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem de modo a atingir as seguintes médias nacionais para o Ideb”.

Meta 8 – Elevação da escolaridade/Diversidade

“Elevar a escolaridade média da população de 18 (dezoito) a 29 (vinte e nove) anos, de modo a alcançar, no mínimo, 12 (doze) anos de estudo no último ano de vigência deste Plano, para as populações do campo, da região de menor escolaridade no País e dos 25% (vinte e cinco por cento) mais pobres, e igualar a escolaridade média entre negros e não negros declarados à Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE”.

Meta 9 – Alfabetização de jovens e adultos

“Elevar a taxa de alfabetização da população com 15 (quinze) anos ou mais para 93,5% (noventa e três inteiros e cinco décimos por cento) até 2015 e, até o final da

vigência deste PNE, erradicar o analfabetismo absoluto e reduzir em 50% (cinquenta por cento) a taxa de analfabetismo funcional”.

Meta 10 – EJA Integrada

“Oferecer, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) das matrículas de educação de jovens e adultos, nos ensinos fundamental e médio, na forma integrada à educação profissional”.

Meta 11 – Educação Profissional

“Triplicar as matrículas da educação profissional técnica de nível médio, assegurando a qualidade da oferta e pelo menos 50% (cinquenta por cento) da expansão no segmento público”.

Meta 12 – Educação Superior

“Elevar a taxa bruta de matrícula na educação superior para 50% (cinquenta por cento) e a taxa líquida para 33% (trinta e três por cento) da população de 18 (dezoito) a 24 (vinte e quatro) anos, assegurada a qualidade da oferta e expansão para, pelo menos, 40% (quarenta por cento) das novas matrículas, no segmento público”.

Meta 13 – Qualidade da Educação Superior

“Elevar a qualidade da educação superior e ampliar a proporção de mestres e doutores do corpo docente em efetivo exercício no conjunto do sistema de educação superior para 75% (setenta e cinco por cento), sendo, do total, no mínimo, 35% (trinta e cinco por cento) doutores”.

Meta 14 – Pós-Graduação

“Elevar gradualmente o número de matrículas na pós-graduação de modo a atingir a titulação anual de 60.000 (sessenta mil) mestres e 25.000 (vinte e cinco mil) doutores”.

Meta 15 – Profissionais de Educação

“Garantir, em regime de colaboração entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, no prazo de 1 (um) ano de vigência deste PNE, política

nacional de formação dos profissionais da educação de que tratam os incisos I, II e III do caput do art. 61 da Lei n 9.394, de 20 de dezembro de 1996, assegurado que todos os professores e as professoras da educação básica possuam formação específica de nível superior, obtida em curso de licenciatura na área de conhecimento em que atuam”.

Meta 16 – Formação

“Formar, em nível de pós-graduação, 50% (cinquenta por cento) dos professores da educação básica, até o último ano de vigência deste PNE, e garantir a todos (as) os (as) profissionais da educação básica formação continuada em sua área de atuação, considerando as necessidades, demandas e contextualizações dos sistemas de ensino”.

Meta 17 – Valorização dos Profissionais do Magistério

“Valorizar os (as) profissionais do magistério das redes públicas de educação básica de forma a equiparar seu rendimento médio ao dos (as) demais profissionais com escolaridade equivalente, até o final do sexto ano de vigência deste PNE”.

Meta 18 – Planos de Carreira

“Assegurar, no prazo de 2 (dois) anos, a existência de planos de Carreira para os (as) profissionais da educação básica e superior pública de todos os sistemas de ensino e, para o plano de Carreira dos (as) profissionais da educação básica pública, tomar como referência o piso salarial nacional profissional, definido em lei federal, nos termos do inciso VIII do art. 206 da Constituição Federal”.

Meta 19 – Gestão Democrática

“Assegurar condições, no prazo de 2 (dois) anos, para a efetivação da gestão democrática da educação, associada a critérios técnicos de mérito e desempenho e à consulta pública à comunidade escolar, no âmbito das escolas públicas, prevendo recursos e apoio técnico da União para tanto”.

Meta 20 – Financiamento da Educação

“Ampliar o investimento público em educação pública de forma a atingir, no mínimo, o patamar de 7% (sete por cento) do Produto Interno Bruto – PIB do País no 5o (quinto) ano de vigência desta Lei e, no mínimo, o equivalente a 10% (dez por cento) do PIB ao final do decênio”.

Os ciclos de aprendizagem trazem dois novos desafios aos professores: reinventar sua escola como local de trabalho e reinventar a si mesmos como pessoas e membros de uma profissão, questionando suas práticas pedagógicas e a organização do trabalho dentro da instituição.

São vistos em geral como uma etapa da escolaridade de pelo menos dois anos escolar, idealmente de três ou quatro. Os alunos que ingressam no ciclo o percorrem sob a responsabilidade dos mesmos professores. Os percursos de formação são individualizados, mas não há repetência nem qualquer seleção ou certificado durante o ciclo. A avaliação é formativa; ela permite comandar as aprendizagens e os percursos de formação de modo que todos os alunos atinjam os objetivos de final de ciclo, os conhecimentos e as competências.

As exceções ocorrem quando o Conselho de Classe e o Conselho Escolar se reúnem para apreciar situações de aprendizagem específicas, caracterizando como benefício a retenção. É comum a instituição receber transferências onde a criança não apresenta requisitos mínimos para avançar. Todo procedimento argumentativo consta de registro em ata própria, garantindo e assegurando as ações propostas.

- DESAFIOS:

A *priori*, nosso maior desafio tem sido vencer o fracasso escolar, utilizando estratégias que elevem os índices de aprovação, resultando num processo de alfabetização consolidado. Para que tais metas sejam alcançadas, tanto Equipe Gestora quanto Pedagógica atuam como facilitadores junto ao professor, de modo que este obtenha êxito na execução dos projetos propostos.

A Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal adota a política de que os serviços de apoio especializado devem respaldar-se nos regimentos escolares e nas propostas pedagógicas das instituições educacionais. De acordo com as orientações

emanadas da Secretaria, adequações curriculares implicam a planificação pedagógica e as ações docentes fundamentadas em critérios que definem:

- O que o aluno deve aprender;
- Como e quando aprender;
- Que formas de organização de ensino são mais eficientes para o processo de aprendizagem;
- Como e quando avaliar.

Essas adequações não devem ser entendidas como um processo exclusivamente individual ou como uma decisão que envolve apenas o professor e o aluno, uma vez que se realizam na proposta pedagógica da instituição educacional, no currículo desenvolvido em sala de aula e individualmente. As adequações curriculares constituem as possibilidades educacionais de atuar frente às dificuldades de aprendizagem dos alunos, sendo realizadas, quando necessárias, para tornar o currículo apropriado às peculiaridades dos ANEE, tornando-o dinâmico, alterável, passível de ampliação, a fim de que atenda realmente a todos os alunos.

À medida que se confiam os ciclos de aprendizagem a equipes pedagógicas, é importante permitir-lhes uma grande autonomia em matéria de organização do trabalho e de escolha dos métodos pedagógicos. Sua única obrigação é levar os alunos a atingirem os objetivos de final de ciclo. Essa autonomia, símbolo de profissionalismo, tem um custo : ela obriga os professores a responderem coletivamente pela eficácia de sua ação.

Os defensores dos ciclos assim definidos apostam que esse modo de organização da escola contribui a médio ou a longos prazos para assegurar um melhor resultado de todos os alunos. Contudo, essa evolução não é uma garantia, pois é plenamente possível que os professores participantes dessas equipes adaptem-se aos ciclos de aprendizagem como se adaptaram no passado às inúmeras renovações, respeitando as características mais formais, porém sem transformar verdadeiramente suas práticas.

As experiências de países pioneiros mostram-nos, de fato, como é fácil reduzir os ciclos a simples medidas estruturais, que consistem em prolongar a duração da aprendizagem em um, dois, ou mesmo três anos, em fazer alguns retoques nos planos de estudos e em modernizar um pouco os métodos de avaliação para lhes dar uma aparência mais formativa. É possível também operar como uma pseudoequipe, cada um tratando de encontrar rapidamente "seus" alunos, seu espaço de trabalho pessoal e protegido.

É fácil apontar as razões pelas quais as inovações abortam quando não são animadas pelos atores. Mais difícil é evitar esse desvio. O mais grave seria subestimar a amplitude das mudanças.

Os ciclos de aprendizagem colocam novos desafios aos professores que aí trabalham: reinventar sua escola enquanto local de trabalho, mas também reinventar a si mesmos enquanto pessoas e membros de uma profissão.

Uma das mudanças que suscita mais resistência nesse ofício individualista é não ser mais o único responsável por um grupo de alunos, como é o caso na divisão tradicional de tarefas e de responsabilidades nos estabelecimentos escolares. Em sua maioria, os professores, instintivamente, preferem ser os responsáveis individuais por uma pequena parte do percurso de formação, um ano escolar, eventualmente em uma única disciplina. Eles temem assumir coletivamente, durante muitos anos, o acompanhamento dos alunos que lhe são confiados no quadro do ciclo e compartilhar com seus colegas de equipe a responsabilidade de empreender todos os esforços para ajudá-los a obter êxito.

Contudo, a responsabilidade coletiva não se limita a essa obrigação "de resultados" de final de percurso. Ela é exercida no cotidiano por meio do conjunto de decisões tomadas pela equipe, das ações que ela empreende, dos meios que mobiliza ao longo da duração do ciclo para oferecer a seus alunos condições de aprendizagem ótimas.

Isto será alcançado de forma mais eficaz à medida que ela for capaz de empregar e, em caso de necessidade, de construir competências que, sem serem radicalmente novas, tornem-se indispensáveis para comandar a progressão dos alunos:

- Cooperar dentro de uma equipe;

- Traduzir os objetivos de final de ciclo em dispositivos de aprendizagem;
- Observar e gerir a progressão dos alunos;
- Desenvolver uma organização de trabalho ágil e flexível;
- Dosar os desafios em função das competências;
- Envolver-se em uma exploração cooperativa.

- COOPERAÇÃO!!

Os professores que trabalham nos ciclos não podem limitar-se a empregar métodos, estruturas e procedimentos impostos por instâncias externas (autoridades, formadores, etc.). Para trabalhar em ciclos, eles deverão permanentemente pôr em questão e reinventar não apenas suas práticas pedagógicas, mas também a organização do trabalho dentro de sua escola. Trata-se de criar dentro dos ciclos uma nova cultura que reorganize as relações de poder no sentido, isto é, uma cultura que represente a antítese da burocracia e da visão hierárquica, que afirme o valor do acordo, da participação, da abertura e da flexibilidade.

Um ciclo de aprendizagem é definido em primeiro lugar pelas aprendizagens a que visa, como uma etapa da escolaridade associada a conteúdos de ensino e a níveis de domínio das competências de base visadas pelo conjunto do curso. Nesse sentido, os ciclos têm a função que antes tinham as séries anuais: constituir marchas, progressões. A diferença é que essas etapas são plurianuais. Seria uma lástima que, por medo da complexidade, nós as fracionássemos como etapas anuais. Com isso, nada de essencial teria mudado!

Finalmente, devem dispor de um bom conhecimento dos processos pelos quais os alunos constroem seus saberes, de modo a serem capazes de lhes oferecer o apoio necessário.

De fato, a experiência mostra que o simples enunciado de um projeto não produz automaticamente a motivação requerida para assegurar sua aplicação. Para querer e saber agir, é importante que os diversos atores construam juntos respostas às seguintes questões : "Aonde queremos ir ? Quem vem conosco ? O que desejamos realizar mais rápido ? O que podemos esperar ? Que meios devemos empregar ? Que competências devemos desenvolver antes de nos mobilizarmos ? Como podemos observar nossa

progressão ? Como e quando saber que atingimos nossos objetivos ? Que mecanismos de acordo instaurar para decidir as regulações a serem feitas ? Finalmente, o projeto visado é aceitável e aceito não apenas por aqueles que o conceberam, mas também por aqueles que se supõe colaboradores para sua aplicação (alunos, pais, autoridades escolares)" ?

Diante dessa crítica, continuamos acreditando que a mudança apenas adquire sentido para os professores a partir do momento em que juntos eles se projetam no futuro e juntos decidem qual a dose certa entre suas ambições e as competências com as quais podem contar, ou as quais podem desenvolver em tempo hábil.

– COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA:

A Coordenação Pedagógica tem função essencial no que tange à organização das estratégias curriculares e ações pedagógicas. Visa contribuir na organização e gestão do trabalho pedagógico, tanto no que tange especificamente ao processo ensino e aprendizagem, como aos diferentes segmentos da comunidade escolar. Pressupõe:

- Diálogo;
- Troca de diferentes experiências;
- Respeito à diversidade de pontos de vista;

Segundo Paulo Freire (2000), o diálogo é a essência de uma educação transformadora, repensando as diferentes possibilidades de sua ação.

O coordenador pedagógico, enquanto elemento articulador da elaboração e execução da proposta pedagógica precisa estar em um processo permanente de formação, sendo o profissional capaz de preparar e sensibilizar os educadores sobre tais mudanças e o que estas exigem da educação.

“Ao vivenciar situações que integram reflexão, investigação e ação, “o profissional muda, mudando o contexto em que trabalha”. (BARROSO,1997, GIOVANI,2003, p. 213). “Trata-se de reconhecer o potencial formativo das situações de trabalho”. (GIOVANI,2003,p.213).

Elementos importantes na formação dos educadores:

- Intencionalidade do processo;
- Produção do conhecimento;

- A dimensão coletiva;
- Caráter prospectivo;
- Pensar simultaneamente formação dos professores e gestão da escola. Aprendizagens e mudanças também para escola;
- Trabalhar sobre a forma de projetos;

“O mero conhecimento dos métodos não basta, pois é preciso que exista o desejo e a vontade de empregá-los”. Dewey(1959,p.43) destaca as três atitudes básicas necessárias para que haja reflexão. A primeira delas é:

ATITUDE: mentalidade aberta, que se define como a ausência de preconceitos, de parcialidades e de qualquer hábito que limite à mente e a impeça de considerar nos problemas e de assumir novas ideias e que integra um desejo ativo de escutar mais do que um lado, de acolher os fatos independentemente da sua fonte, de prestar atenção sem melindres a todas as alternativas, de reconhecer o erro mesmo relativamente aquilo em que mais se acredita. Esta atitude pressupõe: ouvir e respeitar diferentes perspectivas, a prestar atenção às alternativas disponíveis, valer-se da pluralidade de ideias.

Ser intelectualmente responsável quer dizer considerar as consequências de um passo projetado significa ter vontade de adotar essas consequências quando decorram de qualquer posição previamente assumida. A responsabilidade intelectual assegura a integridade, isto é, a coerência e a harmonia daquilo que se defende (DEWEY,1959, p. 44).

O resultado do trabalho realizado pode ser observado nos dados apresentados pelo IDEB e demais medidores de larga escala. Por isso o planejamento e a reflexão devem aliar-se à inclusão do conhecimento prático. Este nível de reflexão é essencial para que os educadores desenvolvam uma consciência crítica sobre as possibilidades de ação e as limitações de ordem social, cultural e ideológica do sistema educativo.

A práxis da coordenação pedagógica está em: contribuir na organização e gestão do trabalho pedagógico, tanto no que tange especificamente ao processo ensino e aprendizagem, como aos diferentes segmentos da comunidade escolar.

Após análise coletiva, substituiu-se o formulário de planejamento de aula, cuja cópia era entregue à Supervisão Pedagógica pelo registro descritivo das ações diárias em caderno individualizado. Os coordenadores encarregam-se de observar e

acompanhar as estratégias formalizadas durante a execução dos projetos interventivos estendidos do 1º ao 5º ano.

Os professores estruturam-se obedecendo a seguinte ordem de ações semanais:

DIA DA SEMANA	REGENCIA	COORDENAÇÃO
Segunda Feira	Conforme escolha de turma	CPI – Coordenação Pedagógica Individual
Terça Feira	Conforme escolha de turma	Cursos/Coordenação por Bloco – Planejamento Orientado pelos Coordenadores
Quarta Feira	Conforme escolha de turma	Coordenação Coletiva
Quinta Feira	Conforme escolha de turma	Cursos/Coordenação Individual
Sexta Feira	Conforme escolha de turma	CPI – Coordenação Pedagógica Individual

A equipe gestora entende que uma prática pedagógica proposta realizada pelos professores e orientada pela equipe pedagógica de forma compartilhada, acontece de fato porque a Educação é entendida, por todos os atores da escola, como ações mediadoras que tem sua importância na formação humana como cultivadora da vida.

Mesmo antes da publicação da PORTARIA Nº 12, DE 13 DE JANEIRO DE 2017, a Equipe Gestora já apresentava grande preocupação quanto à criação de ambientes favoráveis a todos os servidores readaptados, sendo eles da carreira magistério ou não. No que tange à Carreira Magistério, o procedimento de distribuição de carga horária e atividades consolidou a necessidade de torná-los produtivos dentro do ambiente escolar. Respeitadas as devidas limitações individuais descritas em laudo, o

processo de adequação procedeu sem qualquer entrave. Receberam a denominação de “Apoio Pedagógico”, pois passaram a atuar diretamente junto à Supervisão Pedagógica.

– MERENDA ESCOLAR:

O período em que o aluno permanece na escola, deve ser de bem-estar para facilitar o aprendizado. Uma boa alimentação contribui, portanto, para um melhor desempenho escolar e, conseqüentemente, diminui a repetência. A merenda pode contribuir, também, para formação de bons hábitos alimentares.

Segundo o Estatuto da Criança e do Adolescente, no artigo 54 é dever do Estado assegurar à criança e ao adolescente total gratuidade a vários serviços escolares entre eles a alimentação.

O PNAE tem caráter suplementar ao artigo 208, incisos IV e VII, da Constituição Federal. A Carta Magna prevê como responsabilidade do Estado (nas três esferas governamentais) o "atendimento ao educando no ensino fundamental, através de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde" (inciso VII).

Convém destacar que estando a escola inserida no projeto de educação integral em tempo integral, a equipe gestora obriga-se a primar pelo cumprimento das propostas de governo documentadas durante o ano letivo de 2013.

Obs.: A Torre de Telecomunicação instalada no espaço pertencente à escola oferece uma renda mensal que é aplicada em diversos setores, inclusive na alimentação escolar.

– TRANSPORTE ESCOLAR:

De inteira competência da Secretaria de Estado de Educação e sob a supervisão da Coordenação Regional de Ensino de Brazlândia, divide-se em transporte locado e transporte escolar. A Instituição empenha-se no ato de acompanhar e zelar pela segurança dos alunos, criando um elo entre os profissionais responsáveis por cada linha de tráfego.

As atividades externas realizadas na Escola Parque da Natureza de Brazlândia são realizadas nas segundas e terças-feiras, sempre no turno matutino, dependendo da efetividade do transporte escolar. Trata-se de um momento em que os alunos do Ensino Fundamental I participam dessa dinâmica, orientados/ acompanhados pelos respectivos

professores regentes, um representante da Equipe Gestora e Educadores Sociais Voluntários. Compreende os seguintes horários:

SEGMENTO	TURNO	DIA DA SEMANA
• 2º ANOS e 3º ANOS	MATUTINO	QUINTA FEIRA

I – PROJETOS:

Atualmente, uma das temáticas que vêm sendo discutida no cenário educacional é o trabalho por projetos. Mas que projeto? O projeto político-pedagógico da escola? O projeto de sala de aula? O projeto do professor? O projeto dos alunos? O projeto de informática? O projeto da biblioteca?

Essa diversidade de projetos que circula frequentemente no âmbito do sistema de ensino, muitas vezes, deixa o professor preocupado. É necessário saber como situar a sua prática pedagógica em termos de propiciar aos alunos uma nova forma de aprender interagindo com as atividades do espaço escolar. Existem, em cada uma dessas instâncias do projeto, propostas e trabalhos interessantes.

A questão é como conceber e tratar a articulação entre as instâncias do projeto, para que de fato seja reconstruída na escola uma nova forma de ensinar, integrando os diversos recursos e conteúdos curriculares numa perspectiva de aprendizagem CONSTRUCIONISTA.

Segundo Valente (1999), o construcionismo “significa a construção de conhecimento baseada na realização concreta de uma ação que produz um produto palpável (um artigo, um projeto, um objeto) de interesse pessoal de quem produz” (p. 141). Na pedagogia de projetos, o aluno aprende no processo de produzir, de levantar dúvidas, de pesquisar e de criar relações, que incentivam novas buscas, descobertas, compreensões e reconstruções de conhecimento. E, portanto, o papel do professor deixa de ser aquele que ensina por meio da transmissão de informações.

Tais argumentações sugerem que a rotina pedagógica do CAIC Benedito Carlos de Oliveira esteja fundamentada em projetos, formalizando a organização didática e pedagógica dentro do espaço da educação integral em tempo integral.

O Calendário Interno evidencia a organização que permeia as ações pedagógicas, suscita as discussões coletivas, visando garantir a sustentabilidade da estrutura prevista para o ano letivo de 2020.

II - ORGANIZAÇÃO PEDAGÓGICA PARA O ANO LETIVO DE 2020

A programação citada abaixo salienta o trabalho com projetos em todos os segmentos atendidos pela escola:

- **PROJETOS PEDAGÓGICOS 2020**

Ao planejar o ano letivo, levamos em consideração que todo ser humano deve ser formado, especialmente, pela educação ao longo da sua vida, para elaborar pensamentos autônomos e críticos e para formular os seus próprios valores, de modo a poder decidir, por si mesmo, como agir nas diferentes circunstâncias da vida de maneira consciente e responsável, visando sempre a coletividade. E, para serem atingidos os objetivos de contribuir para a autonomia, autoestima, solidariedade, cooperação, integração, cidadania e preservação do meio ambiente é preciso oportunizar, a partir de vivências de valores, o aguçar do senso-crítico, a criatividade e a expressividade dos estudantes, para que atuem no mundo em que vivemos, com sabedoria e justiça e, assim, transformem o hoje e o amanhã em dias cada vez melhores.

Com base nessas considerações, organizamos o ano letivo a partir de projetos que trouxessem como essência a **VALORIZAÇÃO DA VIDA EM SUAS DIVERSAS FORMAS E MANIFESTAÇÕES**.

Desta forma, os conteúdos dos diversos componentes curriculares serão divididos de acordo com as seguintes temáticas previstas para cada bimestre.

- **1º BIMESTRE**

TEMA: Vida Saudável

TEMAS TRANSVERSAIS: Saúde, Educação para a Diversidade, Trabalho e Consumo.

VALORES: respeito, gratidão, saúde, iniciativa, cuidado e solidariedade.

LEIS CONTEMPLADAS:

- Semana Distrital de Conscientização e Promoção da Educação Inclusiva aos Alunos com Necessidades Educacionais Especiais (Lei Distrital nº 5.714/2016) – 09 a 13/03.
- Semana de Conscientização ao Uso Sustentável da Água nas UE/SEEDF (Lei Distrital nº 5.243/2013) – 16 a 20/03.
- Educação Alimentar e Nutricional (Lei nº 13.666/2018).

OBJETIVO GERAL: O projeto Vida Saudável, a ser desenvolvido no decorrer do 1º bimestre, contempla estratégias de ensino com vistas à formação de hábitos promotores do bem estar físico, mental e social e ao desenvolvimento de atitudes de autocuidado e cuidado com o próximo, bem como compreensão da saúde como direito e responsabilidade pessoal e social.

- **2º BIMESTRE**

TEMA: Meio Ambiente

TEMAS TRANSVERSAIS: Meio Ambiente, Educação para a Sustentabilidade e Ética.

VALORES: respeito, amor ao próximo, obediência, cuidado, sustentabilidade.

LEIS CONTEMPLADAS:

- Dia Nacional da Educação Ambiental (Lei nº 12.633/2012) – 03/06
- Semana de Conscientização ao Uso Sustentável da Água nas EU/SEEDF (Lei Distrital nº 5.243/2013).
- Semana de Educação para a Vida (Lei nº 11.998/2009) – 04 a 08/05.

OBJETIVO GERAL: Ao estudar o meio ambiente, no decorrer do 2º bimestre promoveremos vivências relacionadas ao desenvolvimento sustentável, à reflexão da ação do homem sobre o meio ambiente e ao desenvolvimento de atitudes de preservação.

- **3º E 4º BIMESTRES**

TEMA: Pequenas Crianças, Grandes Direitos! (Direitos e deveres das crianças e adolescente)

TEMAS TRANSVERSAIS: Cidadania e Educação em e para os Direitos Humanos.

VALORES: gratidão, iniciativa, altruísmo, justiça (direitos sociais e humanos).

LEIS CONTEMPLADAS: Construindo Possibilidades de Promoção dos Direitos de Crianças e Adolescentes (Lei nº 11.525/2007).

- Dia Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e adolescentes (Lei Federal nº 9.970/2000) – 18/05
- Dia Nacional do Patrimônio Cultural (Lei Distrital nº 5.080/2013) – 17/08
- Dia Distrital da Educação Infantil (Lei Distrital nº 4.681/2011) – 25/08
- Semana de Prevenção ao Uso de Drogas no DF (Lei Distrital nº 1.433/1997) – 14 a 18/09
- Dia Nacional de Luta das Pessoas com Deficiência (Lei nº 11.133/2005) – 21/09
- Dia Nacional da Consciência Negra (Lei nº 10.639/2003) – 20/11.

OBJETIVO GERAL: O projeto Pequenas Crianças, Grandes Direitos!, previsto para o 2º semestre (3º e 4º bimestres), objetiva propiciar aos estudantes: a oportunidade de conhecer e desenvolver experiências educativas que tenham como foco os direitos humanos e direitos das crianças e adolescentes, visando à construção de valores socialmente desejáveis; criar espaços para a formação de cidadãos capazes de se posicionar frente ao mundo, com base na ética e na moral; gerar ações, reflexões e discussões sobre a ética e seus significados e a sua importância para o desenvolvimento dos seres humanos e suas relações com o mundo, tendo como base a convivência democrática; conhecer e difundir a existência de documentos que asseguram esses direitos.

ESTRATÉGIAS DE AVALIAÇÃO

No contexto de Educação Integral, o professor deve ser estimulador e mediador do processo de aprendizagem do aluno nas diferentes áreas do saber, entendendo que a avaliação escolar não acontece em momentos isolados do trabalho pedagógico, ela o inicia, permeia todo o processo e o conclui. Dessa forma, a avaliação está exatamente ligada à natureza do conhecimento, e uma vez reconhecida essa natureza, a avaliação deverá corresponder a ela se quiser ser sincera e preservar a coerência epistemológica. Assim, carece ser lembrado que o conhecimento de todos no processo é extremamente imprescindível para a promoção efetiva da aprendizagem pelos estudantes.

Atendendo alunos no regime de tempo integral, desejava-se dar-lhes a chance de prepará-los melhor para a vida, agregando conhecimento no meio em que viviam, bem como direitos e deveres, dando-lhes condições de convívio social a partir de seus atos e boas maneiras para serem inseridos na sociedade.

De acordo com SANT'ANNA, 1997, p. 31, “avaliação é um processo pelo qual se procura identificar, aferir, investigar e analisar as modificações do comportamento e atendimento do aluno, do educador, do sistema, confirmando se a construção do conhecimento se processou, seja este teórico (mental) ou prático”. Dessa forma, para obter o resultado esperado é necessário utilizar diversas maneiras de avaliar.

Na Educação de Tempo Integral a avaliação se torna um desafio ainda maior, pois é essencial que os processos de aprendizagem se determinem também por meio de procedimentos não cognitivos, como a civilidade, independência, liberdade de expressar sua opinião e criatividade. Assim, não havendo um modelo exclusivo de avaliação na Educação de Tempo Integral, mas referências comuns que podem orientar e contribuir no processo avaliativo, para Vasconcellos (2008),

AVALIAÇÃO DIAGNÓSTICA	AVALIAÇÃO FORMATIVA
- Tanto no âmbito geral, como nas ações	- Essa modalidade, geralmente, é aplicada

<p>do professor, é utilizada a avaliação diagnóstica, visando identificar e avaliar o conhecimento que o aluno traz, tanto antes de iniciar o curso, como ao iniciar uma nova prática, mesmo que seja em menor escala, “[...] buscando detectar pré-requisitos para novas experiências de aprendizagem. Permite averiguar as causas de repetidas dificuldades de aprendizagem” (SANT’ANA, 1997, p. 33).</p>	<p>ao final de cada período de aprendizado, com o objetivo de medir o conhecimento adquirido pelo educando. Na opinião de SANT’ANNA, “sua função é classificar os alunos ao final da unidade semestre ou ano letivo, segundo níveis de aproveitamento apresentados” (1997, p. 35).</p>
--	---

A lei de Diretrizes e Bases em seu art. 24, inciso V, alínea a, assinala para a necessidade de uma “avaliação contínua e cumulativa do desempenho do aluno, com prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos e dos resultados ao longo do período sobre os de eventuais provas finais” (BRASIL, 1996).

Visando facilitar a troca de informações a respeito do desenvolvimento individual dos alunos, e ao mesmo tempo favorecer o processo avaliativo, a Instituição adotou o seguinte cronograma destinado à realização do Conselho de Classe descrito no Calendário de Atividades Internas apresentado posteriormente.

A escola precisa estar organizada pedagogicamente para atender às necessidades de aprendizagens dos estudantes que recebe. Isso requer que todos os seus profissionais e sua comunidade escolar estejam envolvidos em um processo educativo que promova a avaliação formativa. Esta é uma concepção que realiza o enfrentamento do fracasso escolar a partir de ações planejadas para o acompanhamento e continuidade do percurso educativo de todos os estudantes.

O alcance desse objetivo passa por uma organização do trabalho pedagógico que, ao invés de estimular o espírito competitivo premiando condutas ou treinando para a reprodução de performances, invista em esforços no sentido de avaliar para as aprendizagens.

De acordo com o Sindicato dos Professores do Distrito Federal “Isso implica compreender a avaliação como processo dinâmico, em constante renovação. Significa pensá-la para além dos testes, como um importante (e não o único)

componente do trabalho pedagógico que deve caminhar lado a lado com as aprendizagens. A Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal – SEDF entende que, na avaliação formativa, estão as melhores intenções para acolher, apreciar e avaliar o que se ensina e o que se aprende. Avaliar para incluir, incluir para aprender e aprender para desenvolver-se: eis a perspectiva avaliativa adotada. (DISTRITO FEDERAL, 2014-2016, p. 12)”. Fonte: SINPRO-DF

Assim, cabe à gestão escolar utilizar os resultados da avaliação interna e externa para debater e propor alternativas de melhoria de forma coletiva e participativa, pois como afirmam Ferri, Macedo e Santos (2012, p. 235), “[...] a avaliação diagnóstica permite à equipe levantar as fragilidades e potencialidades da instituição para, em seguida, apontar os caminhos, definir estratégias e propor ações para a superação dos problemas e incremento das potencialidades.”

Nessa abordagem, a escola deve desenvolver um planejamento que busque trabalhar o pluralismo de ideais, a liberdade e a autonomia de práticas pedagógicas, e de outro lado, buscar a participação de toda comunidade escolar, a fim de uma interação social. Acredita-se que uma escola bem organizada e administrada pode gerir, dirigir, tomar decisões, propor estudos em relação à formação e melhoria pedagógica de seus docentes, pois é indispensável o trabalho em grupo, a forma colaborativa e solidária, visando o conhecimento e aprendizagem dos alunos.

Por fim, a gestão escolar se faz imprescindível e fundamental, pois organiza e promove as condições, os meios e todos os recursos necessários para o funcionamento da escola e do trabalho em sala de aula. Busca, ainda, estimular a aprendizagem, conhecimento, proporcionando momentos de reflexão e debate sobre temas como avaliação e suas concepções. A integralidade das ações amplia e melhora a qualificação dos membros que fazem parte da comunidade escolar.

Em complemento aos preceitos avaliativos citados acima, constam as avaliações de larga escala: SAEB, em conjunto com a Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal na forma descritiva abaixo citada:

- ***AVALIAÇÃO DE LARGA ESCALA...***

É uma plataforma digital criada pelo Inep para facilitar a análise e interpretação dos dados da Provinha Brasil. Com ele, as redes de ensino de todo país podem criar

relatórios eletrônicos. As escolas têm um período para postar os dados do primeiro semestre. Uma vez inseridos na plataforma, os dados poderão gerar relatórios e análises por aluno, turma e escola.

O Saeb é reestruturado pela Portaria Ministerial nº 931, de 21 de março de 2005. O sistema passa a ser composto por duas avaliações: Avaliação Nacional da Educação Básica (Aneb) e Avaliação Nacional do Rendimento Escolar (Anresc).

A Aneb manteve os procedimentos da avaliação amostral (atendendo aos critérios estatísticos de no mínimo dez estudantes por turma) das redes públicas e privadas, com foco na gestão da educação básica que, até então, vinha sendo realizada no Saeb.

Já a Anresc passa a avaliar, de forma censitária, as escolas que atendessem aos critérios de no mínimo 30 estudantes matriculados na última etapa dos anos iniciais (5º ano) ou dos anos finais (9º ano) do Ensino Fundamental de Escolas Públicas, permitindo gerar resultados por escola.

Além das estratégias oriundas da Secretaria de Educação e MEC, a escola elabora simulados semestrais com foco investigativo e interventivo. Aplicado nos meses de março e novembro, utiliza como referência o alinhamento dos conteúdos previstos no Currículo em Movimento e Base Nacional Curricular. Consta como público alvo a Educação Infantil e Ensino Fundamental (Anos Iniciais).

ORGANIZAÇÃO CURRICULAR

A organização curricular, nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, enfatiza a assimilação de conceitos, buscando desenvolver habilidades e competências que possibilitem aos alunos prosseguir os estudos (Regimento Escolar das Instituições Educacionais da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal, 2006). A ampliação do período de escolaridade obrigatória não é algo novo. Previsto na LDB, tornou-se uma das metas do Plano Nacional de Educação (PNE), Lei nº. 10.172/2002, e veio assegurar o acesso da criança de 6 anos à escola.

Em paralelo, o PROEITI também contempla a Educação Infantil (alunos de 4 e 5 anos), traçando metas pedagógicas através de um Currículo próprio.

Desde a homologação das etapas da Educação Infantil e Ensino Fundamental da Base Nacional Comum Curricular, em 2017, redes e sistemas de ensino têm se mobilizado na reelaboração de seus currículos e em formar os professores para levar esses documentos para as salas de aula.

Em face dos princípios de interdisciplinaridade e de contextualização que permeiam todo o Currículo da Educação Básica e das Diretrizes da Educação Integral em tempo Integral (PROEITI), e da forma de habilitação dos professores para atuar nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, o tratamento didático-pedagógico dos componentes curriculares será de Atividades, não se justificando preestabelecer número de horas para cada um dos componentes curriculares.

O atendimento prevê uma carga com duração diária de 10 horas, sob a responsabilidade de dois (02) professores, sendo que cada um cumprirá a carga horária de 40 horas semanais, incluída a coordenação pedagógica.

O professor de Educação Física e os servidores que atuam na Equipe de Apoio a Aprendizagem possuem carga diferenciada, sendo 20h /20h (conforme legislação) com previsão de CPI e coordenação pedagógica.

O Bloco Inicial de Alfabetização (BIA) tem a dimensão positiva de promover a progressão continuada do processo de aprendizagem, além de possibilitar a organização de um tempo maior e mais flexível para o desenvolvimento das competências que a criança precisa construir. No entanto, a organização do tempo e do espaço escolar não se dá automaticamente com a implantação do BIA, como também não é garantia de qualidade do processo de alfabetização.

É preciso, pois, adotar outras medidas e estratégias que promovam o alcance dos objetivos propostos. Nesse sentido, abriu-se um diálogo com os docentes e a comunidade escolar para suscitar uma reflexão, assim como a incorporação dos pressupostos que regulam toda a estrutura do Bloco Inicial de Alfabetização, tomando como partida o saber produzido no dia a dia de sala de aula para que as posições assumidas possam ser identificadas com maior clareza.

A discussão dessas questões no interior da instituição educacional é de suma importância para que as dimensões imprescindíveis à totalidade do processo de alfabetização possam ser construídas no âmbito coletivo. O objetivo principal do BIA é reestruturar o Ensino Fundamental de 9 Anos, visando garantir à criança, a partir dos 6 anos de idade, a aquisição da alfabetização/letramento na perspectiva da ludicidade e do seu desenvolvimento global. Para alcançar os objetivos, estas Diretrizes Pedagógicas baseiam-se em princípios teórico-metodológicos norteadores de todas as ações na implementação do BIA, os quais se constituem em elementos imprescindíveis ao sucesso do bloco e deverão ser observados por todos os envolvidos nesse processo de construção (formação continuada dos professores, trabalho coletivo com reagrupamento, trabalho com projeto interventivo, as quatro práticas de alfabetização e a avaliação formativa no processo de ensino e aprendizagem).

A correlação entre teoria e prática, fundamental para a aprendizagem, intensifica-se na pedagogia de projetos e requer a adoção de estratégias diferenciadas, tais como:

- manifestações artístico-culturais de naturezas diversas;
- pesquisas, seminários e grupos de estudo;
- atividades extraclasse, integradas ao currículo principalmente por meio de visitas e excursões para estudo do meio;
- participação em promoções, campanhas e outros eventos sociocomunitários;
- aulas planejadas e desenvolvidas de forma participativa;
- utilização dos laboratórios de ciências em atividades que busquem o conhecimento e estimulem o interesse e a pesquisa científica. Ressalta-se que as atividades pedagógicas devem ser contextualizadas e considerar as experiências prévias, espontâneas ou aprendidas, manifestadas pelos alunos por meio das diversas linguagens.

É imprescindível considerar, além do currículo formal, tudo o que efetivamente ocorre nas salas de aula e na instituição educacional (currículo em ação), envolvendo as

relações de convivência e poder entre as partes, sentimentos e experiências não expressos (currículo oculto), pois, para ser bem-sucedida, uma proposta pedagógica depende da atuação responsável, compromissada e participativa de todos os agentes educativos, em situações de envolvimento e cooperação plenos.

Nessa perspectiva, o campo pedagógico visa assegurar a todas as crianças um tempo/espço voltado para a convivência escolar e oportunidades concretas de aprender. Isso requer do professor uma prática educativa fundamentada na existência de sujeitos, como afirma Freire, “um que ensinando, aprende, outro que aprendendo, ensina” (1996, p. 77).

É a dialética desse processo que torna a educação uma prática social imprescindível na constituição de sociedades verdadeiramente democráticas. Dentre outros aspectos, o Currículo visa possibilitar ao aluno o desenvolvimento de sua capacidade de compreender o mundo, alargar as suas fronteiras de conhecimento, aprender a ser e a conviver, tornando-se um cidadão por excelência.

Para tanto, é importante ter em mente que o conteúdo nunca é um fim em si mesmo, mas é um veículo, um meio para o aluno aprender a pensar e questionar o próprio conhecimento. Ele é também um meio para que o aluno compreenda que aprender não é reproduzir verdades alheias, mas olhar para o mundo, colhendo dados, interpretando-os, transformando-os e tirando conclusões. Somente dessa forma será possível formar cidadãos críticos, competitivos e capacitados para serem agentes transformadores de sua própria vida e da realidade que os cerca.

Ao iniciar sua trajetória de vida, as crianças têm direito a saúde, amor, aceitação e segurança, que constituem um forte alicerce para suportar as fases posteriores de desenvolvimento.

O Currículo da Educação Infantil — 0 a 5 anos — é centrado nos eixos Formação Pessoal e Social e Conhecimento do Mundo e deverá contribuir para prática e vivência pedagógicas plenas de êxito e alegria, culminando com aprendizagem satisfatória e significativa das crianças.

As mudanças que ocorrem na criança são muito rápidas. Essas mudanças se dão de forma gradual, mas se processam aos saltos, havendo em cada salto momentos de ruptura, ocasionando na criança processo contínuo de organização e reorganização. Tais experiências muitas vezes, são penosas, por isso a qualidade do atendimento nesse período é muito importante e tem grande influência na formação de sua personalidade.

A infância é constituída por uma sucessão de etapas. Cada uma delas prepara para a seguinte e os limites entre uma e outra não são nítidos nem precisos em relação à idade cronológica; funcionam de maneira global e indissociável. O desenvolvimento dos sentidos, da afetividade, da linguagem, da motricidade e da inteligência integram-se e completam-se num processo contínuo de interação.

O importante é que os professores tenham o domínio de conceitos e habilidades necessárias para se ter uma atuação junto às crianças, atuação esta que seja promotora de aprendizagens e do desenvolvimento das crianças no sentido de lhes garantir o direito à infância.

O professor deve ser capaz de construir uma relação que transmita segurança para a criança, valorizando seu potencial. Precisa ser sincero, autêntico, respeitando suas opiniões, tornando-se um parceiro dessa criança na busca do conhecimento de um mundo repleto de descobertas e interações.

A Educação Infantil precisa constituir-se como um espaço de vida significativa. As crianças em idade pré-escolar estão conhecendo, sentindo, identificando-se e envolvendo-se cada vez mais com o meio em que vivem. É preciso despertar-lhe a curiosidade e buscar o envolvimento com temas do contexto, que vivenciam de forma significativa.

Brincando a criança toma decisões, desenvolve sua capacidade de liderança e trabalha de forma lúdica seus conflitos. Ela decide se está na hora do nenê/boneca dormir, acordar, comer etc. No jogo da brincadeira a criança toma suas próprias decisões.

Na Educação Infantil a criança se percebe como sujeito de direitos e de deveres; ele está num grupo, tem que conviver e negociar com ele o tempo todo e as brincadeiras e as interações, dirigidas ou não, se misturam num eterno novo fazer todos os dias.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação, sancionada em dezembro de 1996, estabelece, na Seção II, referente à Educação Infantil, artigo 31, que: "... a avaliação far-se-á mediante o acompanhamento e registro do seu desenvolvimento, sem o objetivo de promoção, mesmo para o acesso ao ensino fundamental".

A prática de avaliação na Educação Infantil é de natureza diversa da avaliação no ensino fundamental. Pode-se utilizar métodos diferentes, pelos quais se registram observações feitas. Porém, a escrita é, certamente, o mais comum e o mais acessível. O

registro, as observações e as impressões diárias em muito contribuirão para o planejamento educativo.

Avaliar a criança pequena requer, do educador que a conduzirá pela vida escolar, conhecimento prévio sobre seu desenvolvimento e características singulares. É preciso saber como ela assimila os novos conhecimentos, como responde aos estímulos e como acontece o processo maturacional e social dessa criança. Ao observar a aquisição e a construção do conhecimento nas diversas áreas, analisando a dinâmica biopsicossocial da infância, percebe-se que a criança possui uma articulação mental, cognitiva e afetiva única. É essa articulação, juntamente com as interações sociais – realizadas principalmente na instituição – transformadas em conhecimentos, que serão alvo de observação e análise.

Por meio de observações e registros diários é que o educador elaborará avaliações significativas e contextualizadas, que poderão contribuir qualitativamente para o processo de aprendizagem de alunos e professores.

Nesse contexto de avaliação formativa deve-se atentar para o fato de que essa criança está em processo de intenso aprender e interagir. Portanto, não se deve fazer registros que venham denegrir ou rotular essa criança, sob pena de prejudicar sua vida escolar futura. “Quando o educador relata por escrito, tem a oportunidade de distanciar-se de si mesmo para fazer uma análise mais profunda de todas as variáveis que permeiam uma situação” (J.Hoffman). Assim, esse educador pode fazer uma análise crítica do seu trabalho didático-pedagógico e, conseqüentemente, uma auto avaliação coletiva no centro de educação infantil, a fim de redimensionar e redirecionar práticas pedagógicas.

Na construção de conhecimentos significativos, cada criança tem seu tempo e faz sua própria leitura dos objetos. Portanto, há que se atentar para o fato de que objetivos e avanços no processo de aprendizagem acontecem e se manifestam em diferentes tempos e formas distintas para cada criança. Aquisição de conhecimentos não acontece de forma linear; a análise deve ser individual e gradativa.

Os pais, como partícipes desse processo, têm o direito e o dever de acompanhar todo o desenvolvimento da aprendizagem de seus filhos, como os avanços, as conquistas ou eventuais dificuldades, a fim de compreender todo o processo educativo, seus objetivos e as ações desenvolvidas pela instituição.

PLANO DE AÇÃO PARA S IMPLEMENTAÇÃO DA PROPOSTA PEDAGÓGICA

- **PLANO DE TRABALHO – ORGANIZAÇÃO FUNCIONAL:**

Com o intuito de expandir os conceitos de licitude e transparência, a Equipe Gestora articula meios para tornar acessível as ações de cunho administrativo e financeiro. Assim, a participação dos Conselhos Escolar e Fiscal efetiva-se na prática, gerando um clima conciliador e visionário.

De fato, as ações objetivando reverter os índices negativos apresentados ao longo dos anos anteriores vêm surtido efeito, graças ao trabalho de resgate estrutural do prédio e de suas dependências.

A proposta de ofertar Educação Integral em Tempo Integral alcança a realidade social do aluno, redimensionando os procedimentos pedagógicos e o desejo de transformação. Não se pode negar que a Gestão Democrática traduz o anseio de unir forças com a comunidade escolar, promovendo novas estratégias de ação/interação.

A aquisição de novos materiais e reforma dos espaços físicos da escola são reflexo da aplicação consciente dos recursos públicos, dada a eficiência da Equipe Gestora ao fazê-lo. A LEI Nº 6.023, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2017, que dispõem sobre a aplicação do PDAF trouxe grandes benefícios, principalmente no que diz respeito às Emendas Parlamentares.

O que representa cada programa?

- **PDAF:** Programa de Descentralização Administrativa e Financeira destinado as Instituições Educacionais e Diretorias Regionais de Ensino da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal visa dar autonomia gerencial para a realização do projeto pedagógico, administrativo e financeiro das Instituições Educacionais e das Diretorias Regionais de Ensino, por meio do recebimento de recursos financeiros do Governo do Distrito Federal.
- **PDDE:** O Programa Dinheiro Direto na Escola engloba várias ações e objetiva a melhora da infraestrutura física e pedagógica das escolas e o reforço da autogestão escolar nos planos financeiro, administrativo e didático, contribuindo

para elevar os índices de desempenho da educação básica. A escola para o ano de 2020 participa dos seguintes programas:

- **PDDE BÁSICO** – verba para aquisição de materiais diversos e equipamentos.
- **TORRE:** é uma verba com valor mensal estimado em R\$ 3.000,00, utilizada para custear pequenos serviços, compra de gêneros para enriquecer a merenda, serviços de informática, assistência técnica, aquisição de materiais pedagógicos, produtos de limpeza, utensílios para a cozinha e outros. A qualquer tempo o benefício poderá ser cancelado, visto que o Ministério Público já se manifestou a respeito.
- **EMENDAS PARLAMENTARES:** verba agregada ao PDAF com aplicação em obras, equipamentos, contratações e outras.

Para tanto, é tempo de basear o futuro em intenções positivas, valorizando a comunicação entre os agentes dispostos a formar uma nova identidade social e cultural. A seguir, de forma discriminada e definida, encontram-se as propostas de trabalho em áreas primordiais.

ASPECTOS PEDAGÓGICOS:

- **Objetivos Prioritários:**

1. Favorecer a participação de toda comunidade escolar na elaboração do Projeto Pedagógico.

METAS	ESTRATÉGIAS	EXECUÇÃO	AValiação
Construir o Projeto Pedagógico durante o primeiro bimestre de 2019 contando com a participação de pelo menos 80% da comunidade escolar.	<ol style="list-style-type: none"> 1. Realizar campanhas informativas abordando o conceito e função do Projeto Pedagógico dentro da escola. 2. Estimular a participação da comunidade 	Durante o primeiro bimestre.	Após conclusão, utilizar as coordenações coletivas para discutir a coerência da proposta pedagógica e seus efeitos na rotina escolar.

	<p>escolar na elaboração do Projeto Pedagógico de forma democrática.</p> <p>3. Convocar o Conselho Escolar sempre que a proposta pedagógica passar por reavaliação, considerando sua função deliberativa.</p> <p>4. Observar as diretrizes contidas nas Orientações Pedagógicas da SEDF, evitando contradição na fundamentação teórica.</p> <p>5. Investir em projetos que estimulem a criatividade do educando.</p> <p>6. Considerar as determinações oriundas do Conselho de Classe para redefinir a rotina escolar do aluno, ofertando possibilidades de crescimento e avanço.</p> <p>7. Aplicar as medidas avaliativas</p>		
--	--	--	--

	efetivadas no PPP, tendo em vista a condição de escola fundamentada em Ciclos de Aprendizagem.		
--	--	--	--

2. Estabelecer parcerias entre família, Conselho Tutelar, Conselho Escolar e Conselho de Segurança buscando eliminar atitudes de vandalismo, violência e indisciplina.

METAS	ESTRATÉGIAS	EXECUÇÃO	AValiação
Efetivar em 100% a atuação do Conselho Escolar visando a integralidade de suas funções dentro da Instituição de Ensino.	<ol style="list-style-type: none"> 1. Valorizar os membros da comunidade escolar legitimados pelo processo eletivo. 2. Tornar públicos os atos administrativos e pedagógicos executados pela equipe gestora. 	Obedecendo ao prazo legal de vigência.	Realizando encontros mensais, a fim de verificar se a atuação do Conselho Escolar é compatível com as atribuições a ele destinadas.
Resgatar, de forma total, a funcionalidade do Conselho de Segurança dentro do ambiente escolar.	<ol style="list-style-type: none"> 1. Atuar em parceria no planejamento de atividades que despertem o interesse da família pela escola. 2. Tratar a violência escolar e o vandalismo contra o patrimônio como falta de estímulo dentro do ambiente escolar. 	Durante todo o ano letivo.	Utilizando mecanismos como palestras e ações educativas com o propósito de diminuir índices negativos referentes às questões pedagógicas, sociais e familiares.

	3. Coordenar atividades lúdicas durante o recreio eliminando riscos de acidentes e conflitos pessoais.		
Estabelecer parcerias com o Conselho Tutelar, visando reduzir em 70% os índices de indisciplina, violência e abandono familiar.	<ol style="list-style-type: none"> 1. Estabelecer um vínculo entre o Orientador Educacional e os Conselheiros, buscando soluções práticas para os conflitos familiares e escolares. 2. Exigir que os pais atuem ativamente da vida escolar dos filhos. 3. Aplicar os preceitos legais do ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente - Lei 8.069 de 13 de julho de 1990). 	Sempre que os problemas surgirem.	Adotando o diálogo como referência, buscando conhecer o contexto familiar do aluno. Em caso de conflitos graves, a equipe gestora criará estratégias de acompanhamento junto ao Conselho Tutelar.

4. Resgatar a função social da escola, bem como a participação da família no desenvolvimento do filho.

METAS	ESTRATÉGIAS	EXECUÇÃO	AValiação
Fazer com que pelo menos 50% das famílias demonstrem interesse em participar das	1. Organizar palestras com psicólogos, Orientador Educacional, Equipe Gestora, agentes de	Ao longo do ano letivo.	<ol style="list-style-type: none"> 1. Comparando os índices anteriores com os atuais. 2. Elaborando fichas de atendimento onde

atividades realizadas pela escola.	<p>saúde, etc.</p> <p>2. Oportunizar momentos de lazer e diversão integrando comunidade e escola (gincanas, festa junina, ação de cidadania, Dia das Mães, Dia dos Pais, Dia da Criança, etc.).</p> <p>3. Enviar um calendário contendo as atividades programadas para o ano letivo, incluindo reuniões para acompanhamento dos resultados de aprendizagem do filho.</p> <p>4. Focar a atenção nas famílias que insistem em permanecer ausentes apesar das convocações habituais.</p>		seja possível avaliar o comparecimento dos responsáveis nas reuniões de rendimento.
------------------------------------	---	--	---

5. Combater os altos índices de evasão e repetência escolar estabelecendo uma relação de confiança entre aluno, professor, equipes de apoio à aprendizagem e equipe gestora.

METAS	ESTRATEGIAS	EXECUÇÃO	AVALIAÇÃO
Combater a evasão escolar em 30% do percentual	1. Repassar os dados sobre infrequência à equipe gestora, SECRETARIA ESCOLAR e ao Orientador Educacional,	Durante todo o ano letivo.	1. Registrando diariamente em livro ata os índices de infrequência e elaborar estratégias de resgate do aluno. 2. Estabelecendo

apresentado nos anos anteriores.	<p>para que a família seja imediatamente acionada.</p> <p>2. Verificar as causas da infrequência solicitando ajuda do Conselho Tutelar.</p> <p>3. Destacar em conversa junto aos pais, que a infrequência é causa de reprovação.</p> <p>4. Ouvir o aluno para que seja avaliado o motivo que gerou a evasão e tentar sanar o problema.</p> <p>5. Considerar que 80% dos alunos residem em área rural ou assentamentos.</p>		<p>contato com o professor e com a família visando entender o que deu sentido à evasão.</p> <p>3. Acompanhando o aluno com tendência a infrequência.</p>
----------------------------------	--	--	--

6. Organizar debates voltados para as questões ambientais.

METAS	ESTRATÉGIAS	EXECUÇÃO	AVALIAÇÃO
Promover a consciência ambiental, atingindo 90% da comunidade escolar.	1. Buscar apoio e parcerias com órgãos governamentais como o IBAMA e a SLU (Serviço de Limpeza Urbana) que disponibilizam material informativo e	Ao longo do ano letivo.	Trata-se de um processo contínuo, focando o olhar na mudança de comportamento de todos os envolvidos.

	<p>palestras atuando diretamente na escola.</p> <p>2. Elaborar projetos pedagógicos relacionados ao tema, utilizando a interdisciplinaridade como referencial.</p> <p>3. Tratar da coleta seletiva de lixo e da reciclagem como temas de interesse da escola.</p> <p>4. Valorizar as áreas verdes existentes dentro da escola.</p>		
--	--	--	--

7. Garantir o acesso à Educação Integral, voltando-se para a realização de atividades que possam reforçar e favorecer a aprendizagem, bem como desenvolver as competências inerentes ao desenvolvimento da cidadania.

METAS	ESTRATÉGIAS	EXECUÇÃO	AVALIAÇÃO
<p>Formular estratégias para que a Educação Integral se efetive atrativamente dentro do ambiente escolar, atendendo cerca de 100% dos alunos.</p>	<p>1. Tornar as oficinas atrativas e estimulantes despertando o interesse dos alunos.</p> <p>2. Inserir o letramento como recurso capaz de reduzir o baixo índice de aprendizagem.</p> <p>3. Aplicar o componente curricular de</p>	<p>Até o final do ano letivo.</p>	<p>1. Verificando junto à coordenação local o índice de adesão dos alunos, assim como interesse, disciplina e participação.</p> <p>2. Acompanhando a atuação dos monitores e professores nas oficinas.</p> <p>3. Observando e exigindo o cumprimento de regras estabelecidas dentro da rotina escolar.</p>

	<p>Educação Física estimulando a prática de esportes, focando na socialização e na interação.</p> <p>4. Ocupar o tempo ocioso do aluno, propondo atividades relacionadas aos interesses próprios para cada idade..</p> <p>5. Organizar espaços de leitura propícios ao lazer e descontração.</p>		
--	--	--	--

8. Iniciar o processo de alfabetização na Educação Infantil obedecendo as Diretrizes Curriculares Nacionais.

METAS	ESTRATÉGIAS	EXECUÇÃO	AVALIAÇÃO
<p>Aumentar em 50% os índices de alfabetização na Educação Infantil, respeitando o processo de efetivação</p>	<p>1. Adotar uma rotina baseada em jogos, MUSICALIDADE e brincadeiras, tendo a ludicidade como referencial.</p> <p>2. Fazer uso prático da Lei nº 9.394/96, art. 29 e das Diretrizes Curriculares Nacionais, observando o que é estabelecido para Creches e Pre Escola.</p>	<p>- Ao longo do ano letivo.</p>	<p>1. Respeitando o ritmo de cada criança, viabilizando as diretrizes e orientações curriculares.</p> <p>2. Propiciando troca de experiências entre professores, destacando os avanços pedagógicos de cada turma.</p>

da leitura e da escrita.	<p>3. Acompanhar o planejamento do professor, considerando o conhecimento de mundo que a criança trás quando chega à escola.</p> <p>4. Redirecionar o trabalho pedagógico abrindo precedente para nivelar o aluno da rede pública com o da rede privada.</p> <p>5. Estimular o professor de Educação Infantil a participar de cursos e palestras oferecidos pela rede de ensino.</p>		<p>3. Levantando pontos negativos ou dificuldades encontradas na execução das atividades em sala de aula.</p>
--------------------------	--	--	---

9. Corrigir a distorção entre idade e série nos Anos Iniciais aplicando corretamente as diretrizes do BIA.

METAS	ESTRATÉGIAS	EXECUÇÃO	AValiação
Corrigir 60% da distorção entre idade/série e dentro do BIA.	<p>1. Fazer com que todos os alfabetizadores conheçam a proposta revisada do Bloco Inicial de Alfabetização, bem como as Diretrizes Curriculares Nacionais e demais norteadores;</p> <p>2. Viabilizar discussões coletivas a respeito das dificuldades evidenciadas pelos</p>	Ao longo do ano letivo.	<p>1. Somando as dificuldades apresentadas pelos alunos após a aplicação do Projeto Interventivo e Reagrupamento.</p> <p>2. Realizando fóruns de discussão para avaliar os avanços ao longo do</p>

	<p>alunos.</p> <p>3. Utilizar materiais diversificados para estimular a aprendizagem, baseando-se na proposta de ludicidade e letramento.</p> <p>4. Iniciar a sistematização do processo de alfabetização desde a Educação Infantil (obedecendo as orientações curriculares).</p> <p>5. Orientar o professor nos planejamentos individuais, bem como na confecção de materiais pedagógicos.</p> <p>6. Destinar esforços para que o processo de alfabetização se efetive no 1º Ano do BIA.</p> <p>7. Realizar estudos dirigidos sobre a Psicogênese (fases do desenvolvimento infantil).</p> <p>8. Instruir os coordenadores e o Supervisor Pedagógico quanto a necessidade de buscar sugestões de atividades que favoreçam o</p>		<p>bimestre.</p> <p>3. Verificando a aquisição de autonomia e articulação do próprio pensamento na solução de conflitos.</p> <p>4. Utilizando a avaliação contínua e processual para verificar os avanços obtidos dentro dos níveis de aprendizagem.</p>
--	--	--	--

	<p>trabalho do professor.</p> <p>9. Realizar aulas de demonstração para ajudar o professor com dificuldades.</p> <p>10. Delimitar os conteúdos que o aluno deverá dominar ao final de cada etapa.</p> <p>11. Enviar calendário de atividades aos pais, para que seja possível acompanhar parte da rotina escolar do filho.</p> <p>12. Tornar a reunião de pais motivadora, e não apenas um espaço para críticas e reclamações.</p> <p>13. Utilizar o Conselho de Classe como ferramenta prática e efetiva para o desenvolvimento cognitivo, pedagógico e social.</p> <p>14. Buscar ajuda junto a Coordenação Intermediária da CRE/Brazlândia quando necessário.</p>		
--	---	--	--

10. Organizar a rotina pedagógica dos 4º e 5º Anos buscando reduzir o índice de alunos não alfabetizados, considerando as estratégias da Escola em Ciclos.

METAS	ESTRATÉGIAS	EXECUÇÃO	AVALIAÇÃO
Iniciar o ano letivo com 90% dos alunos do 4º e 5º Ano alfabetizados.	<ol style="list-style-type: none"> 1. Constituir turmas alfabetizadas, dando forma ao conteúdo e às expectativas de aprendizagem. 2. Cumprir os critérios da recuperação paralela, obtendo resultados positivos na aprovação dos alunos para o 6º Ano. 3. Adquirir materiais pedagógicos de qualidade que atendam as necessidades do professor e do aluno. 4. Trabalhar temas lúdicos e psicomotores, para que haja dinamismo no repasse dos conteúdos. 	Ao longo do ano letivo.	Adotando métodos avaliativos que evidenciem o domínio da leitura e da escrita, como também do raciocínio lógico matemático em situações cotidianas.

11. Garantir atendimento especializado aos alunos portadores de necessidades especiais.

METAS	ESTRATÉGIAS	EXECUÇÃO	AVALIAÇÃO
<ul style="list-style-type: none"> - Efetivar a inclusão de todos os alunos com necessidades especiais considerando 100% das modalidades atendidas pela escola. - Acolher alunos oriundos de outras Instituições, inserindo-os na 	Gerar condições para que o aluno de classe especial participe do processo de interação, oportunizando atividades que estimulem seu desenvolvimento dentro dos limites evidenciados.	Ao longo do ano letivo.	Articulando passeios, oficinas e interação com alunos especiais de outras Unidades de Ensino observando o comportamento individual e as relações interpessoais.

rotina de atendimento dos serviços especializados (Sala de Recursos, Psicóloga, Psicopedagoga, etc.)			
--	--	--	--

12. O uso da tecnologia, mídias, filmes, computadores. Esmiuçar esta utilização, sua ligação com o conteúdo, etc

METAS	ESTRATÉGIAS	EXECUÇÃO	AVALIAÇÃO
Favorecer 80% dos alunos no processo de Inclusão Digital e Social.	<ol style="list-style-type: none"> 1. Utilizar os recursos do laboratório de informática para atender alunos de Pré Escolar ao 5º Ano do Ensino Fundamental de 9 anos. 2. Planejar atividades compatíveis com idade/série e conteúdo 	Ao longo do ano letivo, mediante cronograma de atendimento.	Verificar se a utilização do laboratório acontecerá de forma adequada, considerando as diferentes idades e interesses.

13. Construir o conceito de ambiente alfabetizador utilizando os vários espaços existentes dentro da escola, inclusive a biblioteca.

METAS	ESTRATÉGIAS	EXECUÇÃO	AVALIAÇÃO
Democratizar as discussões pedagógicas, efetivando a participação de 100% dos servidores na elaboração de	<ol style="list-style-type: none"> 1. Buscar parceiros que ofereçam suporte financeiro, aderindo à causa de revitalização da Instituição. 2. Promover eventos como Festival de 	A longo prazo, porém com planos de ação definidos.	Realizando momentos de análise coletiva referentes aos serviços oferecidos, estabelecendo parâmetros entre oferta e procura.

<p>projetos engajados em transformar a realidade social e cultural do CAIC.</p>	<p>Sorvete, Cinema na Escola, Galinhada, etc... contando com a participação de todos os segmentos sociais.</p> <p>3. Romper com o rótulo de escola marginal, investindo no trabalho pedagógico e na valorização do profissional que atua na Instituição.</p>		
---	--	--	--

ASPECTOS ADMINISTRATIVOS:

• **Objetivos Prioritários:**

1. Gerir a instituição, obedecendo as finalidades e os princípios da LEI Nº 4.751, DE 7 DE FEVEREIRO DE 2012, que trata da Gestão Democrática.

METAS	ESTRATÉGIAS	EXECUÇÃO	AValiação
<p>Agir com lisura junto a comunidade escolar, buscando 90% de apoio durante o período de gestão.</p>	<p>1. Atuar em sintonia com o Conselho Escolar, evitando ações individualizadas .</p> <p>2. Manter a transparência financeira e administrativa.</p> <p>3. Priorizar a circulação de informações oriundas da CRE/Brazlândia e da própria SEDF, sendo elas de qualquer natureza.</p>	<p>Sempre que houver necessidade.</p>	<p>Deixando que a comunidade escolar avalie processualmente a atuação da equipe gestora, apontando falhas e viabilizando soluções.</p>

--	--	--	--

2. Priorizar as relações interpessoais, valorizando as diferentes carreiras de servidores que constituem o corpo administrativo da Instituição.

METAS	ESTRATÉGIAS	EXECUÇÃO	AVALIAÇÃO
Aumentar em 90% a confiança dos servidores na equipe gestora, abandonando atos de constrangimento e coerção desnecessária.	<ol style="list-style-type: none"> 1. Valorizar o servidor que atua na Instituição, gerando um vínculo de confiança e diálogo. 2. Agir com senso de justiça diante de conflitos internos, adotando uma postura mediadora. 3. Resgatar a autoestima dos servidores através de ações motivacionais baseadas na valorização dos serviços prestados. 4. Contribuir para que os servidores readaptados sintam-se produtivos dentro do ambiente escolar, respeitadas suas limitações. 	Ao longo do mandato eletivo.	Verificando, continuamente, se houve mudança de comportamento após priorizar as relações interpessoais e trabalhistas.

3. Organizar os dossiês dos servidores para facilitar o acesso às informações administrativas.

METAS	ESTRATÉGIAS	EXECUÇÃO	AVALIAÇÃO
--------------	--------------------	-----------------	------------------

<p>Reduzir em 80% os transtornos causados pela dificuldade de acesso aos documentos e informações individuais dos servidores.</p>	<ol style="list-style-type: none"> 1. Destinar um local para arquivar pastas contendo informações específicas sobre a vida profissional de cada servidor. 2. Orientar o servidor para que este mantenha seus dados atualizados, incluindo a folha de ponto. 	<p>Ação prevista para os primeiros dias de mandato.</p>	<p>Limitando o acesso aos arquivos contendo informações pessoais, priorizando a organização dos mesmos.</p>
---	---	---	---

4. Investir na modernização de equipamentos e serviços de secretaria, facilitando o acesso de todos

METAS	ESTRATÉGIAS	EXECUÇÃO	AVALIAÇÃO
<p>Buscar junto à SEDF orientações práticas viabilizando em 80% os serviços prestados à comunidade escolar.</p>	<ol style="list-style-type: none"> 1. Manter os dados cadastrais de alunos e professores atualizados e de fácil acesso. 2. Fornecer dados estatísticos inerentes às atividades da secretaria escolar, quando solicitado. 3. Implantar o uso do Diário Eletrônico, oferecendo suporte técnico ao professor. 4. Cobrar dos professores a observância nos 	<p>Durante o ano letivo.</p>	<p>Verificar diariamente se as determinações estão sendo cumpridas.</p>

	prazos de entrega dos diários e relatórios individuais dos alunos.		
--	--	--	--

5. Priorizar os cuidados referentes a merenda escolar observando as condições de consumo e prazo de validade.

METAS	ESTRATÉGIAS	EXECUÇÃO	AVALIAÇÃO
Aumentar o número de refeições diárias, atendendo às necessidades nutricionais dos alunos de Creche ao 5º Ano, coibindo a desnutrição e outras deficiências alimentares em 90% dos casos.	<ol style="list-style-type: none"> 1. Exigir coerência na elaboração dos cardápios, tratando a presença da nutricionista como um ganho. Esta, deverá considerar a precariedade alimentar de cada estudante. 2. Priorizar as condições de higiene no preparo e na distribuição. 3. Privar pela qualidade dos produtos alimentícios recebidos, exigindo cumprimento real dos contratos de fornecedores. 	Durante todo o ano letivo.	Verificando diariamente aspectos como acondicionamento, preparo, sabor e aceitação por parte dos alunos.

ASPECTOS FINANCEIROS

- **Aspectos Prioritários:**

1. Dividir com o Conselho Escolar a responsabilidade de destinar os recursos financeiros observando as prioridades existentes dentro da Instituição Educacional.

METAS	ESTRATÉGIAS	EXECUÇÃO	AVALIAÇÃO
Fortalecer o Conselho Escolar visando 100% de transparência na aplicação dos recursos financeiros.	<ol style="list-style-type: none"> 1. Conscientizar os membros do Conselho Escolar quanto a necessidade de participar da deliberação dos gastos pretendidos pela Unidade Escolar. 2. Acesso ilimitado da comunidade escolar a notas e demais documentos que envolvam compras e serviços. 3. Prestar contas religiosamente ao Conselho Escolar e à SEDF em prazo hábil. 4. Fixar prestação de contas em locais de grande circulação de pessoas, buscando tornar públicos todos os atos financeiros. 	Ao longo do mandato eletivo ou sempre que houver necessidade de aplicação das verbas.	Que ao final do período de prestação de contas, a atuação do Conselho Escolar tenha sido efetiva e que o mesmo esteja a par de toda movimentação financeira executada.

2. Investir na recuperação do bem público, revitalizando todos os espaços físicos existentes.

METAS	ESTRATÉGIAS	EXECUÇÃO	AVALIAÇÃO
Resgatar	1. Manutenção do	Ao longo do	1. Exigindo o

<p>100% a excelente estrutura física do CAIC deteriorada devido à falta de manutenção .</p>	<p>parquinho em ambiente agradável com ênfase na segurança e no bem estar dos alunos (obra em fase final empreendida pela atual gestão).</p> <ol style="list-style-type: none"> 2. Melhorias físicas no ambiente das salas e corredores destinados aos Anos Iniciais. 3. Reforma dos banheiros destinados aos alunos dos Anos Iniciais e Educação Infantil. 4. Manutenção e melhoria do mezanino superior para apresentações, palestras, etc; 5. Cobertura de todo pátio da Creche; 6. Transformação do ambiente referente ao bosque em uma área de convivência social; 7. Aproveitamento de área para horta. 8. Conclusão obras de urbanização da quadra externa. 9. Reativação do Teatro de Arena; 10. Redimensionar os espaços do 	<p>mandato, visto que as reformas e melhorias dependem de aprovação do Conselho Escolar;</p>	<p>acompanhamento do Conselho Escolar que deverá observar a viabilidade e necessidade das obras.</p> <ol style="list-style-type: none"> 2. Conscientizando a comunidade escolar quanto a necessidade de preservar os espaços restaurados através de campanhas educativas.
---	---	--	--

	<p>depósito de mantimentos, cozinha, refeitório e biblioteca.</p> <p>11. Modificar a estrutura das caneletas que recebem águas pluviais;</p>		
--	--	--	--

3. Estender a reforma a todos os espaços úteis, considerando a segurança e o conforto que irá propiciar à comunidade escolar.

METAS	ESTRATÉGIAS	EXECUÇÃO	AVALIAÇÃO
Continuar repensando os espaços pedagógicos, atingindo 100% de qualidade durante a movimentação dos alunos.	Investir na infraestrutura do prédio através da parceria entre Secretaria de Educação, Coordenação Regional de Ensino de Brazlândia e CAIC.	A depender da liberação de recursos.	Através de análise e acompanhamento da comunidade escolar, observando as adaptações de espaço.

4. Divulgar, através fontes seguras a origem dos recursos financeiros destinados às Instituições Educacionais bem como sua aplicação dentro do espaço escolar.

METAS	ESTRATÉGIAS	EXECUÇÃO	AVALIAÇÃO
Buscar apoio junto ao Conselho Escolar na divulgação de 100% das informações sobre o PDAF, PDDE, TORRE, EMENDAS PARLAMENTARES	Utilizar dados da própria SEDF para detalhar os procedimentos de recebimento e utilização das verbas.	Durante o processo de gestão.	Acompanhamento da execução das obras.

ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DO PROJETO PEDAGÓGICO

- **Reflexões, elaboração e participantes:**

Após análise efetiva do ano letivo de 2019, o colegiado que representa expressivamente a Comunidade Escolar constatou que parte das metas projetadas foram alcançadas sem grandes dificuldades. Houve êxito ao cumprir em tempo hábil as demandas previstas, considerando a disponibilização de recursos financeiros e material humano. Cada ação explicitada no planejamento em questão demandou obediência às leis de execução, cabendo à Equipe Gestora observar severamente os Princípios da Administração Pública.

Como é de costume, o Projeto Pedagógico do CAIC PROFESSOR BENEDITO CARLOS DE OLIVEIRA/2020 foi apreciado, fez parte de discussões pela comunidade escolar e recebeu as devidas correções para o ano de 2020, para isso, utilizou momentos como: Coordenação pedagógica e Reuniões de Pais.

O conteúdo original foi mantido, porém a revisão fez surgir a necessidade de legitimar novas intervenções cotidianas, de modo a garantir o cumprimento do Calendário Escolar (Interno e Externo).

A Equipe Gestora, em parceria com os segmentos deliberantes, adota o uso sistemático do processo de auto avaliação, utilizando os resultados para fortalecer ações propositivas.

PROJETOS ESPECÍFICOS

PROJETOS PEDAGÓGICOS APLICADOS

EDUCAÇÃO INTEGRAL EM TEMPO INTEGRAL

- DENOMINAÇÃO DO PROJETO:

- EDUCAÇÃO INTEGRAL EM TEMPO INTEGRAL

- **DADOS GERAIS:**

CRE – Brazlândia/DF

ESCOLA: CAIC Benedito Carlos de Oliveira

SÉRIE: Ensino Fundamental de 9 Anos (Séries Iniciais)

CATEGORIA: Educação Infantil e Ensino Fundamental (Anos Iniciais)

- **JUSTIFICATIVA:**

Inicialmente, é necessário definir o que entendemos por Educação Integral, pois essa não pode ser simplesmente como uma ampliação do tempo de permanência do aluno na escola. Apesar de ser um fator fundamental para a melhoria na qualidade da educação, outras dimensões devem ser levadas em conta: espaço físico, articulação entre diferentes saberes, relação escola/comunidade, formação continuada para educadores e outros, qualidade do transporte disponibilizado, oferta de merenda escolar e outros.

O CAIC Benedito Carlos de Oliveira entende que diante das oportunidades que emergem do projeto, a clientela será beneficiada desde que sejam cumpridos os requisitos facilitadores que embasam a atual proposta de governo.

- **OBJETIVO GERAL:**

Implantar e executar a Educação Integral com duração de 10 horas diárias, por 5 dias úteis semanais para o total de alunos matriculados de modo a: promover a implantação de tempos e oportunidades educacionais, contribuir para a elevação dos índices de aprendizagem, promover a integração entre comunidade e escola, garantindo a redução da evasão escolar.

- **PERÍODO DE REALIZAÇÃO:**

A implantação ocorreu no início ano letivo de 2013, sendo obrigatória sua manutenção nos anos seguintes.

- **PROCEDIMENTOS:**

A implantação da Educação Integral apoia-se em três bases: pedagógica (interdisciplinaridade), operacional (ações facilitadoras para que pedagógico seja

promovido)) e funcional (organização dos espaços). Uma escola de Educação Integral em tempo integral destitui a divisão em turnos, onde todas as atividades são entendidas como educativas e curriculares.

Mais do que tudo isso, é preciso que tal ação possa tornar exitosa a progressão do estudante no sistema de ensino. E ainda, requer um aumento quantitativo e qualitativo, considerando o aumento do tempo de permanência da escola e melhorias na qualidade de ensino.

- RECURSOS:

Professores da base comum, professores de Educação Física, jovens educadores, recursos audiovisuais, recursos financeiros, novas tecnologias, livros, passeios, transporte, parcerias, materiais esportivos, espaços físicos, etc.

- AVALIAÇÃO:

Por tratar-se de um projeto importantíssimo para a clientela atendida, a avaliação tem caráter periódico envolvendo todas as instâncias.

PROJETO LITERÁRIO

- DENOMINAÇÃO DO PROJETO:

- PROJETO LITERÁRIO - “LER É SABER”

- DADOS GERAIS:

CRE – Brazlândia/DF

ESCOLA: CAIC Benedito Carlos de Oliveira

SÉRIE: Ensino Fundamental de 9 Anos (Séries Iniciais)

CATEGORIA: Educação Infantil e Ensino Fundamental (Anos Iniciais)

- JUSTIFICATIVA:

A leitura é um processo ativo de construção de sentidos. Ela amplia vocabulário,

além de levar o ser humano a uma postura crítica e reflexiva diante do mundo. Por isso, é preciso saber ler textos de gêneros diversos com as mais diferentes funções e que desenvolvam múltiplos domínios de conhecimento.

Em quaisquer esferas sociais, letradas ou não, há unanimidade quanto a importância da leitura na formação do sujeito. Representa uma experiência única e viabiliza um salto qualitativo que somente ela pode oferecer, considerando o processo interdisciplinar.

Diante da realidade que enfrentamos, são necessários projetos de leitura que proporcionem, de um lado, material de leitura e, de outro, estratégias pedagógicas articuladas coletivamente. Tal pensamento se firma nas diferentes faixas etárias e segmentos existentes dentro da escola. Considera-se, ainda, o dinamismo e a frequência na aplicação do projeto. Não esquecendo as datas comemorativas que, em sua maioria tornam-se fontes de infinita riqueza pedagógica.

- **OBJETIVO GERAL:**

Despertar o prazer e estimular a leitura como forma de desenvolvimento cognitivo, afetivo e corrigindo disfunções; fomentando a formação de sujeitos-leitores envolvidos em práticas sociais e comunicativas essenciais a compreensão do contexto sócio-histórico-político.

- **PERÍODO DE REALIZAÇÃO:**

Ao longo do ano letivo vigente.

- **PROCEDIMENTOS:**

Um projeto de leitura deve trazer consigo o chamado ânimo pedagógico, trata-se de uma ação sugerida para que aconteça ao longo do ano letivo. A cada bimestre ou de acordo com as necessidades priorizadas coletivamente, obedecendo a um planejamento prévio e contextualizado.

1. Visitas periódicas à Biblioteca;
2. Leitura compartilhada com os alunos;
3. Debate em sala sobre as obras lidas;
4. Recontar as histórias que mais se interessaram;

5. Criar textos individuais e coletivos com descrição das personagens;
6. Realizar estudos individuais e coletivos dos dados contidos nas obras;
7. Promover recitais com premiação aos alunos participantes;
8. Produções textuais que possibilitem aos alunos criarem um final diferente para as histórias, desenvolvendo a criatividade;
9. Representações artísticas como: Teatro, festival de música, poesia, paródia, cartaz, poemas ou texto publicitário;
10. Concurso de contadores de histórias;
11. Culminância envolvendo a comunidade escolar;
12. Incentivo às práticas de letramento e diversidade textual;
13. Dramatizações;
14. Concurso de redação;
15. Maleta Literária;

- RECURSOS:

Espaço físico disponível, professores, alunos, equipe gestora, biblioteca, material.

- AVALIAÇÃO:

Ao final de cada período, verificando o envolvimento da clientela.

CONSTRUINDO VALORES E PROMOVENDO A CULTURA DA PAZ

- DENOMINAÇÃO DO PROJETO:

- CONSTRUINDO VALORES E PROMOVENDO A CULTURA DA PAZ

- DADOS GERAIS:

CRE – Brazlândia/DF

ESCOLA: CAIC Benedito Carlos de Oliveira

SÉRIE: Ensino Fundamental de 9 Anos (Séries Iniciais)

CATEGORIA: Educação Infantil e Ensino Fundamental (Anos Iniciais)

- **JUSTIFICATIVA:**

Edgar Morin afirma “É preciso ensinar a identidade terrena, a paz e a esperança”. A paz não pode ser apenas garantida pelos acordos políticos, econômicos ou militares. No fundo, ela depende do comprometimento unânime, sincero e sustentado das pessoas. Cada um de nós, independentemente da idade, do sexo, do estrato social, crença religiosa ou origem cultural é chamado à criação de um mundo pacificado. A implementação deste projeto proporcionará aos educandos atitudes de reconstrução contínua, capaz de contribuir na travessia de formação humana, fornecendo assim uma rota confiável resgatando valores morais de solidariedade, justiça, diálogo, respeito, afeto, cooperação, etc.

- **OBJETIVO GERAL:**

Promover atitudes que permitam a valorização dos valores morais, incentivando o sonho de uma sociedade mais humana, comprometida com o ser e não com o ter; proporcionando momentos de reflexão dentro do ambiente escolar e, por conseguinte, na vida.

- **PERÍODO DE REALIZAÇÃO:**

Ao longo do ano letivo

- **PROCEDIMENTOS:**

Sortear o nome das virtudes/valores para cada turma ficando assim distribuída: Uma vez por semana as turmas da Creche ao 5º ano do Ensino Fundamental. Durante dois meses os professores trabalharão a autoestima e o conceito de virtude; Na porta de cada sala deverá ser fixada a virtude recebida. Para cada virtude será construída uma logomarca, toda segunda feira a pessoa responsável pela entrada explanará o tema e fará uma avaliação quanto à mudança de comportamento do grupo. Durante as Olimpíadas prevista para dezembro, as equipes serão identificadas pela virtude e sua logomarca representada em flâmula. Haverá desfile e uma grande comemoração.

- **RECURSOS:**

Direção, professores, alunos e demais servidores.

- **AVALIAÇÃO:**

Através de observação e efetividade na mudança de comportamento.

VALORIZANDO A CULTURA AFRO BRASILEIRA

- **DENOMINAÇÃO DO PROJETO:**

- VALORIZAÇÃO DA CULTURA AFRO BRASILEIRA

- **DADOS GERAIS:**

CRE – Brazlândia/DF

ESCOLA: CAIC Benedito Carlos de Oliveira

SÉRIE: Ensino Fundamental de 9 Anos (Séries Iniciais)

CATEGORIA: Educação Infantil e Ensino Fundamental (Anos Iniciais)

- **JUSTIFICATIVA:**

As mudanças ocorridas nos últimos anos em nossa sociedade sugerem uma reflexão urgente sobre o racismo e suas repercussões sociais. Considerando a importância da cultura africana na construção da identidade brasileira e que entre nossos alunos o preconceito é presente nas relações interpessoais, surgiu a necessidade de abordar o tema compartilhando-o com toda comunidade escolar.

- **OBJETIVO GERAL:**

Promover ações de valorização à cultura afro-brasileira, evidenciando para alunos e servidores a necessidade de lutar contra o preconceito racial.

- **PERÍODO DE REALIZAÇÃO:**

Ao longo do ano letivo.

- **PROCEDIMENTOS:**

Serão desenvolvidas atividade de valorização da cultura negra e integração social, de modo que todos conheçam a existência de leis que garantem direitos iguais no Brasil. Para enriquecer o momento, serão promovidos debates, desfiles de moda, etc..

- **RECURSOS:**

Exposição de objetos que fazem parte da cultura negra que exercem influência nos dias atuais.

- **AVALIAÇÃO:**

Através de observação.

MEIO AMBIENTE

- **DENOMINAÇÃO DO PROJETO:**

- **MEIO AMBIENTE**

- **DADOS GERAIS:**

CRE – Brazlândia/DF

ESCOLA: CAIC Benedito Carlos de Oliveira

SÉRIE: Ensino Fundamental de 9 Anos (Séries Iniciais)

CATEGORIA: Educação Infantil e Ensino Fundamental (Anos Iniciais)

- **JUSTIFICATIVA:**

O CAIC Benedito Carlos de Oliveira em sua metodologia tem grande preocupação de contemplar questões relacionadas ao meio ambiente em que o aluno está inserido de forma participativa, sendo capaz de estabelecer relações, interagir, transformar, reelaborar e agir no meio em que vive e em outras realidades. Diante disso, destaca-se a escola como ponto de formação, sem esquecer que tudo que nos cerca é parte do meio ambiente, inclusive o patrimônio público.

- **OBJETIVO GERAL:**

Desenvolver a construção de atitudes de responsabilidade para a preservação dos vários ambientes, enfatizando o equilíbrio ecológico e o desenvolvimento sustentável.

- **PERÍODO DE REALIZAÇÃO:**

Ao longo do ano letivo.

- **PROCEDIMENTOS:**

Através de ações conscientes, promovendo qualidade de vida a todos os seres.

- **RECURSOS:**

Material diversificado que favoreça o estudo do meio ambiente.

- **AValiação:**

Processual

RECREIO DIRIGIDO

- **DENOMINAÇÃO DO PROJETO:**

- RECREIO DIRIGIDO

- **DADOS GERAIS:**

CRE – Brazlândia/DF

ESCOLA: CAIC Benedito Carlos de Oliveira

SÉRIE: Ensino Fundamental de 9 Anos (Séries Iniciais)

CATEGORIA: Educação Infantil e Ensino Fundamental (Anos Iniciais)

- **JUSTIFICATIVA:**

Considerando que a amplitude dos espaços do CAIC induz à sensação de liberdade, a tendência dos alunos é expandir-se aproveitando o que é oferecido. Assim, a ocorrência de brigas e acidentes torna-se frequente, exigindo que um número maior de servidores esteja disponível durante o intervalo. Procurando evitar riscos, duplas de professores ajudam a contornar o problema.

- **OBJETIVO GERAL:**

Reduzir a incidência de brigas e acidentes durante o recreio.

- **PERÍODO DE REALIZAÇÃO:**

Ao longo do ano letivo.

- **PROCEDIMENTOS:**

As diversas atividades ofertadas durante o recreio dirigido serão coordenadas pelos Educadores Sociais Voluntários e servidores da escola, visando contornar problemas característicos do período de recreação livre (brigas, acidentes, etc). Um membro da equipe gestora também participará, considerando a enorme dificuldade em dar voz de comando aos alunos.

- **RECURSOS:**

Professores, Educadores Sociais, Equipe gestora e demais servidores disponíveis.

- **AValiação:**

A avaliação ocorrerá baseando-se no grau de responsabilidade dos envolvidos.

COORDENAÇÃO COMPARTILHADA

--

<ul style="list-style-type: none"> • DENOMINAÇÃO DO PROJETO: - <u>COORDENAÇÃO COMPARTILHADA</u>
<ul style="list-style-type: none"> • DADOS GERAIS: CRE – Brazlândia/DF ESCOLA: CAIC Benedito Carlos de Oliveira SÉRIE: Ensino Fundamental de 9 Anos (Séries Iniciais) CATEGORIA: Educação Infantil e Ensino Fundamental (Anos Iniciais)
<ul style="list-style-type: none"> • JUSTIFICATIVA: A criação desse projeto visa enriquecer os conhecimentos dos professores no que se refere à prática pedagógica, bem como promover a reflexão destes quanto ao desenvolvimento das atividades cotidianas. É importante que as habilidades dos profissionais em educação sejam compartilhadas semanalmente a fim de contribuir para a efetivação do trabalho coletivo.
<ul style="list-style-type: none"> • OBJETIVO GERAL: Promover a reflexão dos profissionais em educação, aperfeiçoando e desenvolvendo atividades pedagógicas com o intuito de capacitar os professores que compõe a Unidade Escolar.
<ul style="list-style-type: none"> • PERÍODO DE REALIZAÇÃO: Sempre às terças feiras, durante todo o ano letivo.
<ul style="list-style-type: none"> • PROCEDIMENTOS: Motivar os professores da Educação Infantil e do Ensino Fundamental a expor sua rotina pedagógica, considerando a especificidade de cada turma. Considerando-se que o bom andamento de um projeto depende do trabalho em grupo e da cooperação de todos os envolvidos, respeitando sobremaneira as diferenças individuais.
<ul style="list-style-type: none"> • RECURSOS: Currículos, textos diversos, equipamentos audiovisuais, livros para pesquisa e

fundamentação teórica das atividades, professores, coordenadores, etc.

- **AValiação:**

Ocorrerá através de relatórios, discussão coletiva e análise das atividades apresentadas verificando a efetividade na aplicação prática dos temas sugeridos.

MUSICALIDADE PARA ALFABETIZAÇÃO

- **DENOMINAÇÃO DO PROJETO:**

- MUSICALIDADE

- **DADOS GERAIS:**

CRE – Brazlândia/DF

ESCOLA: CAIC Benedito Carlos de Oliveira

SÉRIE: Ensino Fundamental de 9 Anos (Séries Iniciais)

CATEGORIA: Educação Infantil e Ensino Fundamental (Anos Iniciais)

- **JUSTIFICATIVA:**

Os referenciais curriculares orientam e dividem o trabalho pedagógico em seis eixos. Sendo eles: movimento, música, artes visuais, linguagem oral e escrita, natureza e sociedade e matemática.

Assim, cientes de que a música faz parte do cotidiano de todo indivíduo, principalmente do dia a dia das crianças, intenta-se trabalhar a música como motivação cotidiana, considerando o conhecimento e a experiência de vida que cada uma traz consigo. Visa ainda, atender a objetivos como:

- Formação de hábitos, valores e atitudes;
- Datas comemorativas;
- Habilidades de percepção e raciocínio lógico;
- O corpo em movimento;
- Desenvolvimento do senso rítmico com a formação do desenvolvimento motor,

auditivo e do domínio rítmico;

- Colaboração;
- Orientação espacial;

- **OBJETIVO GERAL:**

Criar situações, para que através da música, os alunos desenvolvam habilidades, pois consiste numa linguagem capaz de “expressar e comunicar sensações, sentimentos e pensamentos”. Estando presente em várias culturas e consiste numa importante forma de expressão humana.

- **PERÍODO DE REALIZAÇÃO:**

Durante o ano letivo ou de acordo com as necessidades do grupo.

- **PROCEDIMENTOS:**

Considerar os interesses pertinentes a cada faixa etária.

- **RECURSOS:**

Mídias, Internet e demais fontes.

- **AVALIAÇÃO:**

Observar o interesse, a participação e o envolvimento de cada criança.

TENHO UM AMIGO

- **DENOMINAÇÃO DO PROJETO:**

- **TENHO UM AMIGO**

- **DADOS GERAIS:**

CRE – Brazlândia/DF

ESCOLA: CAIC Benedito Carlos de Oliveira

SÉRIE: Ensino Fundamental de 9 Anos (Séries Iniciais)

CATEGORIA: Educação Infantil e Ensino Fundamental (Anos Iniciais)

- **JUSTIFICATIVA:**

Muitos dos grandes amigos e amigas que nos acompanham na vida adulta fizeram parte de nossa infância, época em que a amizade surgia naturalmente, sem interesses, sem preconceitos. A vida nos leva para outros lugares, mas a memória permanece e nela os bons amigos e amigas de infância.

Os primeiros vínculos afetivos do ser humano são formados desde a etapa intra uterina e que após o nascimento, o seio materno e o contato pele a pele são fundamentais para o seu fortalecimento. Nos primeiros anos de vida a criança passará por diversas etapas mentais, sociais e emocionais.

A ligação afetiva que a criança estabelece com os pais e posteriormente com os coleguinhas será importante no seu processo de desenvolvimento. Somente a partir dos 5 anos é que as crianças começam a estabelecer fortes laços de amizade e gostam de brincar com as outras, ampliando assim a sua afetividade. Tal comportamento induz à formação de diferentes grupos e novos vínculos de amizade.

Diante disso, cabe à escola trabalhar com as emoções (raiva, alegria, tristeza, medo, amizade) do educando, fazendo com que estes saibam como expressá-las construindo a empatia pelo estado emocional do outro e administrando seu estado de humor.

- **OBJETIVO GERAL:**

Mediados pelo professor, induzir os educandos na construção de laços de amizade e respeito com as pessoas que se relacionam dentro ou fora do ambiente escolar.

- **PERÍODO DE REALIZAÇÃO:**

Ao longo do ano letivo

- **PROCEDIMENTOS:**

Utilizar dinâmicas e atividades relacionadas ao tema (rodas de conversa, dramatizações, construção de um livro, brincadeiras, combinados, leitura de poesias, desenho livre, confecção de painéis e um emocionômetro, etc).

- RECURSOS:

Professores, Educadores Sociais, alunos e direção.

- AVALIAÇÃO:

Processual

GINCANA EDUCATIVA

- DENOMINAÇÃO DO PROJETO:

- **GINCANA EDUCATIVA**

- DADOS GERAIS:

CRE – Brazlândia/DF

ESCOLA: CAIC Benedito Carlos de Oliveira

SÉRIE: Ensino Fundamental de 9 Anos (Séries Iniciais)

CATEGORIA: Educação Infantil e Ensino Fundamental (Anos Iniciais)

- JUSTIFICATIVA:

O Esporte possibilita à criança e ao jovem o estabelecimento de conceitos e valores que podem contribuir para a formação de um cidadão ético e responsável socialmente. Conceitos como liderança, cooperação, solidariedade, trabalho em equipe e qualidade de vida podem ser trabalhados no ambiente educativo proporcionado pelo esporte. Incentivar a participação em atividades coletivas favorece o desenvolvimento integral do aluno, vinculando suas ações à aquisição de valores.

- OBJETIVO GERAL:

Estimular a participação dos educandos em jogos e brincadeiras, priorizando as regras de convívio e socialização.

- PERÍODO DE REALIZAÇÃO:

Ao final do primeiro semestre.

- PROCEDIMENTOS:

As provas serão disputadas por alunos da mesma faixa etária, organizando-se antecipadamente. Caberá aos professores de Educação Física a elaboração das regras, bem como a organização por modalidades, sendo obrigatório o auxílio dos professores regentes.

- RECURSOS:

Professores, alunos, materiais esportivos e espaço físico.

- AVALIAÇÃO:

Verificando o comportamento individual e coletivo ao longo da execução das atividades propostas

VIDA SAUDÁVEL

- DENOMINAÇÃO DO PROJETO:

- VIDA SAUDÁVEL

- DADOS GERAIS:

CRE – Brazlândia/DF

ESCOLA: CAIC Benedito Carlos de Oliveira

SÉRIE: Ensino Fundamental de 9 Anos (Séries Iniciais)

CATEGORIA: Educação Infantil e Ensino Fundamental (Anos Iniciais)

- JUSTIFICATIVA:

Os hábitos de vida saudável são construídos pelos indivíduos e pelas relações sociais que estabelecem em diferentes espaços de convivência. Na infância, além da família, a escola constitui um espaço importante e significativo para promoção desses hábitos. Sendo assim, o ambiente escolar deve, desde a tenra idade, propiciar oportunidades para a formação de hábitos promotores de bem estar físico, mental e social.

Boa alimentação, exercícios físicos, repouso, normas de higiene e visitas periódicas médico e ao dentista contribuem para que nosso corpo funcione bem. Com base nestas considerações, espera-se que o professor atue no desenvolvimento de atitudes de autocuidado, compreendendo a saúde como direito e responsabilidade social.

- **OBJETIVO GERAL:**

Compreender a saúde como direito à cidadania

- **PERÍODO DE REALIZAÇÃO:**

Entre março e abril, obedecendo ao cronograma da Semana da Alimentação Saudável previamente estabelecido no calendário da SEDF.

- **PROCEDIMENTOS:**

Utilizar formas de intervenção, agindo com responsabilidade em relação à saúde individual e coletiva.

- **RECURSOS:**

Professores, alunos, palestras, livros ilustrativos, médicos, dentistas, nutricionistas, etc.

- **AVALIAÇÃO:**

Formativa, privando por mudança de hábitos e atitudes.

FESTA JULINA

- DENOMINAÇÃO DO PROJETO:

- FESTA JULINA

- DADOS GERAIS:

CRE – Brazlândia/DF

ESCOLA: CAIC Benedito Carlos de Oliveira

SÉRIE: Ensino Fundamental de 9 Anos (Séries Iniciais)

CATEGORIA: Educação Infantil e Ensino Fundamental (Anos Iniciais)

- JUSTIFICATIVA:

As Festas Juninas são uma forte tradição, na qual a promoção da cultura popular está no centro da roda. Historiadores afirmam que a festividade surgiu com este nome por acontecer durante o mês de junho. Outra versão diz que a festa tem origem em países católicos da Europa e, portanto, seria uma homenagem a São João.

Passou a ser realizada no mês de julho para evitar concorrência de público, visto que tanto Regional de Ensino quanto as demais Instituições de Ensino adotaram o calendário junino.

Quadrilhas, fogueiras, pipocas e bandeirinhas coloridas são alguns dos elementos que ganham espaço nas ruas, cidades e escolas no mês de junho. Embora sejam comemoradas nos quatro cantos do país, é no Nordeste que as Festas Juninas ganham uma grande expressão. Em razão de longos períodos de seca na região, as festas são um momento de agradecer as raras chuvas que caem naquelas terras.

As homenagens e os agradecimentos são feitos a três santos católicos: São João, São Pedro e Santo Antônio. A Festa Junina chegou ao Brasil através dos portugueses, no período colonial, trazendo influência de diferentes países da Europa e da Ásia. A dança marcada, que inspirou a criação da quadrilha, teria vindo da França; a tradição de soltar fogos de artifícios, da China; a dança de fitas, da Espanha e Portugal. Estas e outras expressões culturais misturadas às culturas africana e indígena resultaram no que hoje conhecemos como as Festas Juninas brasileiras.

Além de reunir pessoas, a festa assumiu um lugar de destaque dentro da comunidade escolar.

- **OBJETIVO GERAL:**

Integrar estudantes, docentes, funcionários e comunidade em geral e divulgar esta festividade popular, oportunizando um momento de alegria no CAIC Benedito Carlos de Oliveira, oferecendo aos alunos a oportunidade de descontração, socialização e ampliação de seu conhecimento. Isso ocorrerá através de atividades diversificadas, brincadeiras, pesquisas e apresentações características destes festejos que fazem parte do folclore brasileiro, ressaltando seus aspectos, popular, social e cultural.

- **PERÍODO DE REALIZAÇÃO:**

Início de julho

- **PROCEDIMENTOS:**

Destinar o mês de julho para elaboração de subprojetos referentes ao tema, destacando a base curricular pertencente a cada modalidade de ensino. É facultativa a ideia de tematizar ou não a festa, conforme decisão coletiva. O trabalho será executado por equipes previamente definidas, inclusive a arrecadação dos gêneros necessários. Existe grande preocupação em evitar conflitos gerados a partir do processo de gincana, pois trata-se de uma experiência desagradável ocorrida em anos anteriores.

- **RECURSOS:**

Professores, alunos, equipe gestora, comunidade escolar, segmentos sociais, etc.

- **AValiação:**

Através da participação da comunidade local.

FESTIVAL DE DANÇA

- DENOMINAÇÃO DO PROJETO:

- FESTIVAL DE DANÇA

- DADOS GERAIS:

CRE – Brazlândia/DF

ESCOLA: CAIC Benedito Carlos de Oliveira

SÉRIE: Ensino Fundamental de 9 Anos (Séries Iniciais)

CATEGORIA: Educação Infantil e Ensino Fundamental (Anos Iniciais)

- JUSTIFICATIVA:

Será um espaço democrático e motivador da cultura e cidadania, onde os estudantes do CAIC Benedito Carlos de Oliveira poderão mostrar seus talentos à comunidade escolar e familiares.

Acreditamos que um evento como esse torna-se um momento de entretenimento e de promoção cultural, propiciando uma aprendizagem prazerosa enfocando os conceitos de homem e sociedade.

- OBJETIVO GERAL:

Promover um evento democrático de ampla participação escolar que incentive a prática da dança como expressão artística, considerando o processo de inclusão e valorização social.

- PERÍODO DE REALIZAÇÃO:

Dezembro

- PROCEDIMENTOS:

Haverá uma equipe responsável pelas coreografias, cabendo ao professor a obrigação de acompanhar os alunos, privando pela ordem e sucesso do evento.

- RECURSOS:

Professores, alunos, figurino, aparelhagem de som, espaço físico, músicas

previamente selecionadas, direção e equipe organizadora.

- **AValiação:**

Formativa, privando por mudança de hábitos e atitudes.

SEMANA DA CRIANÇA

- **DENOMINAÇÃO DO PROJETO:**

- SEMANA DA CRIANÇA – CRIANÇA NÃO TEM IDADE!

- **DADOS GERAIS:**

CRE – Brazlândia/DF

ESCOLA: CAIC Benedito Carlos de Oliveira

SÉRIE: Creche e Ensino Fundamental de 9 Anos (Séries Iniciais)

CATEGORIA: Educação Infantil e Ensino Fundamental (Anos Iniciais)

- **JUSTIFICATIVA:**

Tendo em vista o desenvolvimento do cidadão em sua plenitude e sua inserção social, o corpo docente desta Instituição em conjunto com a equipe gestora buscou desenvolver um projeto que atendesse as festividades que permeiam a semana da criança. A culminância sugere um tipo de alimentação que não contempla o cardápio escolar, tampouco as regras de consumo de gêneros saudáveis.

Trata-se de uma exceção pertinente ao propósito ao qual se aplica. Porém, a equipe considerou a importância de evitar TODO e QUALQUER tipo de alimento que ofereça riscos à saúde da comunidade escolar. Os pais ou responsáveis são informados a respeito do evento, evitando que os alunos com intolerância alimentar sejam amparados de acordo com suas necessidades e limitações..

O ponto culminante é uma festa coletiva com muitas guloseimas. Destaca-se, ainda, as histórias contadas e encenadas, brinquedos infláveis, gincana, passeios, etc.

- OBJETIVOS:

- Trabalhar a socialização;
- Gerar postura de crítica e autocrítica, mostrando diante dos conceitos de alimentação saudável;
- Reconhecer o ambiente como lugar de encontros sociais, ou a extensão da própria casa;
- Investir no resgate da autoestima dos alunos;
- Mostrar que todo adulto já foi criança um dia e precisa apoderar-se disso;

- PERÍODO DE REALIZAÇÃO:

De 11 a 14 de outubro.

- PROCEDIMENTOS:

Busca-se harmonizar o ambiente escolar, tornando-o marcante no imaginário infantil.

- RECURSOS:

Brinquedos diversos, organização da festa coletiva, materiais diversos.

- AVALIAÇÃO:

Nível de satisfação e contentamento das crianças.

COM A INCLUSÃO, TODO MUNDO GANHA!

- DENOMINAÇÃO DO PROJETO:

- NA INCLUSÃO TODO MUNDO GANHA

- DADOS GERAIS:

CRE – Brazlândia/DF

ESCOLA: CAIC Benedito Carlos de Oliveira

SÉRIE: Ensino Fundamental de 9 Anos (Séries Iniciais)

CATEGORIA: Educação Infantil - Ensino Fundamental (Anos Iniciais) – Ensino Especial

- **JUSTIFICATIVA:**

Tendo em vista o Dia Nacional da Luta da Pessoa com Deficiência (Lei 11.133/05) a ser comemorado em setembro, sentimos necessidade de elaborar um projeto que atendesse nossa comunidade escolar buscando valorizar e respeitar as pessoas em suas diferenças e deficiências, através de atividades lúdicas e contextualizadas.

- **OBJETIVO GERAL:**

Promover a reflexão a cerca da Inclusão, valorizando o ser humano como um todo, assegurando o acesso ao ensino para todas as crianças em idade escolar.

- **PERÍODO DE REALIZAÇÃO:**

Setembro e novembro

- **PROCEDIMENTOS:**

Que todos reflitam e demonstrem atitudes de solidariedade e respeito ao próximo em suas diferenças e deficiências.

- **RECURSOS:**

Livros, CD's, som, máquina fotográfica, material escolar, revistas, produtos e objetos diversos.

- **AValiação:**

Observação, participação, integração e exposição de trabalhos.

BIBLIOGRAFIA

CECCIM, Ricardo Burg . *A merenda escolar na virada do século — agenciamento pedagógico da cidadania* . Brasília, ano 15, n.67, jul./set. 1995. Disponível em 20 de maio de 2008.

LEI Nº Lei 8069 de 13 de julho de 1990 que institui o Estatuto da Criança e do Adolescente.

LEI 8.112, DE 11 DE DEZEMBRO DE 1990.

DANTAS, Heloysa, LA TAILLE, Yves, OLIVEIRA, Marta Kohl. Piaget, Vygotsky, Wallon: *teorias psicogenéticas em discussão*. São Paulo: Summus, 1992.

Estratégia Metodológica para implantação do Ensino Fundamental de 9 anos no Distrito Federal.

Portaria Nº 283/2005 – SEDF - Diretrizes Preliminares de implantação do BIA.

ALARCÃO, Isabel. Formação reflexiva de professores – estratégias de supervisão. Porto. Porto, 1996.

BRASIL, Secretaria Estadual de Educação. Decreto nº 10.540. Campo Grande (MS): SED, 2001.

CHRISTOV, L.H. da S. Educação Continuada: função essencial do coordenador pedagógico. In: GUIMARÃES, A.A. et all. O coordenador pedagógico e a educação continuada. 4 ed., São Paulo: Loyola, 2001.

CONTRERAS, José. Autonomia dos professores. São Paulo: Cortez, 2002.

DEWEY, J. Como pensamos. Como se relaciona o pensamento reflexivo com o processo educativo. Uma re-exposição. São Paulo: Nacional, 1959.

FREIRE, P. Pedagogia do Oprimido. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1970. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. 16 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

GIOVANI, L.M. O ambiente escolar e ações de formação continuada. In: CHAVES S.M e TIBALI E. F. (orgs). Concepções e práticas em formação de professores – diferentes olhares. Goiânia: Alternativa, 2003.

GIROUX, Henry A. Os professores como intelectuais: rumo a uma pedagogia crítica da aprendizagem. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.

MOREIRA, Antonio Flávio; MACEDO, Elizabeth Fernandes de. Em defesa de uma orientação cultural na formação de professores. In. MOREIRA, Antonio Flávio (org.) Ênfases e omissões no currículo. Campinas: Papirus, 2001. p. 117-145

PLACCO, V.M.N.S. O Coordenador pedagógico e o espaço de mudança. São Paulo, Loyola, 20

ANDRE, M. E. D. O projeto pedagógico como suporte para novas formas de avaliação. IN. Amélia Domingues de Castro e Anna Maria Pessoa de Carvalho (Orgs.). *Ensinar a Ensinar*. São Paulo, 2001.

BOUTINET, J. *Antropologia do projeto*. 5. ed. Porto Alegre: ARTMED, 2002.

LIBNLO, J. C. *Organização e Gestão da escola: teoria e prática*. Goiânia: Alternativa, 2001.

VASCONCELLOS, C. S. *Planejamento: Plano de Ensino-Aprendizagem e Projeto Educativo*. São Paulo: Libertat, 1995.

VEIGA, I. P. A. (Org.) *Projeto político-pedagógico da escola: uma construção possível*. 23. ed. Campinas: Papirus, 2001. _____ . *Escola: espaço do projeto político-pedagógico*. 4. ed. Campinas: Papirus, 1998.

<http://www.todospelaeducacao.org.br/reportagens-tpe/30849/perguntas-e-respostas-o-que-e-a-provinha-brasil/>

LIBÂNIO, José Carlos. *Organização e Gestão da escola: teoria e prática*. 5 ed. Goiânia, GO: Alternativa, 2004.

Projeto político pedagógico, currículo e gestão democrática. 27 de agosto, 2014. Revista Direcional. NATIVIDADE, J.S; MEDEIROS, S.A. Projeto político pedagógico e gestão democrática: limites e desafios.

SAVIANI, Nereide, “Saber Escolar, currículo e didática: Problemas de unidade conteúdo/método no processo pedagógico”- 6. Ed. Revista – Campinas, SP: Autores Associados, 2010.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro (org.). *Projeto político-pedagógico da escola: uma construção possível*. 22. ed. Campinas, SP: Papirus, 2006.

DISTRITO FEDERAL. Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal. Diretrizes de Avaliação Educacional – Aprendizagem, Institucional e em Larga Escala. Subsecretaria de Educação Básica. Brasília-DF, 2014-2016.

BACELAR, Caroline. Qual a função da escola? 2011. Disponível em: . Acesso em: 30 mai. 2017. BRASIL. Lei Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: Acesso em: 09 set. 2017. BRASIL. Ministério da Educação. Formação de professores do ensino médio. Etapa 1- Cad. 2. Os jovens como sujeitos do Ensino Médio. Curitiba: UFPR, 2013.

CAVALIERE, Ana Maria. Anísio Teixeira e a educação integral. Paidéia, v. 20, n. 46, p. 249-259, maio-ago/2010. Disponível em: . Acesso em: 02 set. 2017.

CAVALIERE, Ana Maria. Centro Educacional Carneiro Ribeiro: a escola brasileira e a estabilidade social. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, Rio de Janeiro, v. 28, n. 67, julho/set, 1957.

COELHO, Lígia Martha Coimbra da Costa; CAVALIERE, Ana Maria Villela (Orgs.). Educação brasileira em tempo integral. Rio de Janeiro: Vozes, 2000.

DELORS, Jacques (Org.). Educação: um tesouro a descobrir. São Paulo: Cortez, 2001. DREWS, Sonia Beatriz Teles. As políticas públicas da educação no Brasil. In: BONETI, Lindomar W. Educação, exclusão e cidadania. 3. ed. Ijuí: Unijuí, 2002.

FERRI, L. M. C. G.; MACEDO, M. E. C. M.; SANTOS, C. M. Projeto educativo, planejamento participativo e gestão escolar. In: SANTOS FILHO, José Camilo. (Org.). Projeto educativo escolar. Petrópolis: Vozes, 2012, p. 219-245. (no prelo).

FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. 25^a ed. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

GADOTTI, Moacir. Educação com qualidade social: projeto, implantação e desafios dos Centros Educacionais Unificados (CEUs). Disponível em: . Acesso em: 09 set. 2017.

GIL, Antônio Carlos. Métodos e técnicas de pesquisa social. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

HOFFMANN, Jussara. Avaliação mediadora: uma prática em construção da pre escola à universidade. 30. ed. Porto Alegre: Mediação, 2010.

HOFFMANN, Jussara. Pontos & contrapontos: do pensar ao agir em avaliação. 10. ed. Porto Alegre: Mediação, 2007.

LIBÂNEO, José Carlos. Organização e gestão da escola: teoria e prática. 5. ed. São Paulo: Alternativa, 2004.

LIBÂNEO, José Carlos; OLIVEIRA, João Ferreira de; TOSCHI, Mirza Seabra. Educação escolar: políticas, estrutura e organização. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

LUCKESI, Cipriano Carlos. Avaliação da aprendizagem escolar: estudos e proposições. 17. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

MORI, Josete. O processo de exclusão na educação; o ensino de segundo grau. In: BONETTI, Lindomar W. Educação, exclusão e cidadania. 3. ed. Ijuí: Unijuí, 2002.

MORIN, Edgar. Os sete saberes necessários à educação do futuro. 11. ed. São Paulo: Cortez, 2006. NUNES, Clarice. Anísio Teixeira: a poesia da ação. Revista Brasileira de Educação, v.16. 16ª Conferência de Abertura na 23ª Reunião Anual da ANPEd, Caxambu/MG, jan/fev/mar/abr, 2001.

PERRENOUD, Philippe. Não mexam na minha avaliação! Para uma aprendizagem sistêmica da mudança pedagógica. In: ESTRELA, A.; NÓVOA, A. Avaliações em

educação: novas perspectivas. Porto, Portugal: Porto, 1993. RIBEIRO, Maria Luisa Santos. Educação escolar: que prática é essa? CampinasSP: Autores Associados, 2001.

VASCONCELLOS, Celso dos Santos. Avaliação: concepção dialética-libertadora do processo de avaliação escolar. 18. ed. São Paulo: Libertad, 2008. Cadernos Pedagógicos do Libertad, v.3.

BRASIL, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9394/96. Brasília, Câmara dos Deputados.

BRASIL – Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil/ Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental – Brasília: MEC/ SEF, 1998, vol. 1 – introdução.

Brasília: MEC/COEDI, 1995, mimeo. BRASÍLIA. Professor da Pré-escola. In: Cadernos do MEC. Fundação Roberto Marinho.3 ed. 2v. MEC/SEF/DPE/COEDI, 1994.

CURRÍCULO DO PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL – SESI-Serviço Social da Indústria.

CURY, Augusto Jorge. Pais brilhantes, professores fascinantes – Rio de Janeiro: Sextante ,2003.

Estrutura do Currículo da Educação Infantil. Site: <http://www.conteudoescola.com.br/site>. Acessado em 14 de maio de 2006.

HENTSCHKE. Liane. BEN, Luciana del. Ensino de Música: proposta para pensar e agir em sala de aula. São Paulo, Moderna 2003.

KAMII, Constance. A Criança e o Número: implicações educacionais da teoria de Piaget para a atuação junto a escolares de 4 a 6 anos. São Paulo – Papyrus, 1999.

Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. Coordenação de Educação Infantil. Análise e avaliação de propostas pedagógicas ou curriculares para a educação infantil-relatórios de pesquisa.

Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. Coordenação de Educação Infantil. Política nacional de educação infantil. Brasília: MEC, 1994a.

Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. Coordenação de Educação Infantil. Por uma política de formação do profissional de educação infantil. Brasília: MEC/COEDI, 1994b.

Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. Referencial Para a Formação de Professores. MEC/SEF. Brasília, 1999.

Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. Subsídios para credenciamento e funcionamento de instituições de educação infantil. Disponível em <<http://www.mec.gov.br>> Acesso em 09 de junho de 2002.

OLIVEIRA, Zilma de M. Ramos. Diretrizes para a formação de professores de educação infantil. Pátio, Educação Infantil. Porto Alegre RS, 02, p. 6 a 9, agosto – novembro, 2003.

Proposta Pedagógica de Educação Infantil 2003. Prefeitura Municipal de Joinville – Secretaria de Educação e Cultura.

Proposta Pedagógica. Site: <http://www.uel.gov.br>. Acessado em: 14 de maio de 2006.

Revista Leonardo Pós Órgão de Divulgação Científica e Cultural do ICPG. Vol.1 n.3 – ago.-dez./2003. ISSN 1518-230 22.

RORIZ, Joaquim Domingos. Governador do Distrito federal. Site: <http://www.crmariocovas.st.gov.br> acessado em 7 de maio de 2006.

SANTOS, Santa Marli Pires dos. Brinquedo e Infância. Um guia para pais e educadores em creches. Petrópolis, Rio de Janeiro. Vozes,1999.

YAZBEK, Ana Paula. Por um espaço de qualidade da para crianças de 0 a 3 anos. Pátio, Educação Infantil. Porto Alegre RS, 21, p. 52 a 55, maio-junho, 2002.

